

QUESTÕES OBJETIVAS DE DIREITO DAS SUCESSÕES

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
				adoção	Em matéria de sucessões, entre o adotante e o adotado, o direito de herdar: a) o filho adotado herda metade dos bens, concorrendo com legítimos. b) o adotante não herda do adotado. c) recíproco entre estes. d) o adotado só herda não concorrendo com legítimos ou sendo a adoção plena. e) falecendo o adotante, torna o adotado ao vínculo de sua família de origem.
				capacidade civil	Em tema de capacidade civil, é correto afirmar: a) no Código Civil Brasileiro, a prodigalidade não é, verdadeiramente, causa de incapacidade relativa, mas, sim, de falta de legitimação para a prática de certos atos; b) é anulável, por falta de legitimação, o testamento feito por uma pessoa com 76 anos de idade; c) nos atos da vida civil, os absolutamente incapazes são representados e os relativamente incapazes são assistidos por seus representantes; d) é nula a venda realizada por um alienado mental, desde que, ao tempo da celebração do contrato, estivesse ele interditado por incapacidade absoluta; e) é anulável o testemunho feito por um menor de 17 anos de idade sem assistência do seu pai.
Direitonet				colação	A colação em direito sucessório consiste: a) no instituto jurídico pelo qual traz-se à legítima, na hora da partilha, os bens do falecido que foram transferidos a um dos herdeiros necessários, para que a integre mais uma vez na hora da divisão, fazendo parte desta. b) no instituto pelo qual os herdeiros ilegítimos podem exigir o recebimento de sua parte da herança. c) no instituto pelo qual os herdeiros necessários podem impedir que os herdeiros testamentários recebam mais do que eles. d) Nenhuma das alternativas.
oab	MG	2004	3º	comoriência	Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião em um acidente automobilístico, não podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, a) presumir-se-ão simultaneamente mortos. b) presumir-se-á que o de menor idade morreu antes. c) presumir-se-á que o mais velho morreu antes do mais novo. d) verificar-se-á que este fato é irrelevante para o direito e, sendo questão meramente fática, a respeito dela nada há disposto em lei.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Magistratura	Federal 1ª região		4º	comoriência	Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, em um acidente automobilístico, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros: a) presumir-se-ão simultaneamente mortos; b) presumir-se-á que o de menor idade morreu antes; c) presumir-se-á que o mais velho morreu antes do mais novo; d) verificar-se-á que este fato é irrelevante para o direito e, sendo questão meramente fática, a respeito dela nada há disposto em lei; e) presumir-se-á que morreu primeiro o que tem residência fixa mais próxima do local do desastre.
MPF	Federal		14º	comoriência	No Direito Brasileiro, havendo comoriência: a) presume-se que o comoriente do sexo feminino precedeu ao do sexo masculino; b) presume-se que o comoriente de maior idade precedeu ao de menor idade; c) há a presunção jure et de jure da simultaneidade das mortes; d) há a presunção juris tantum da simultaneidade das mortes.
				comoriência	Assinale a alternativa correta: Havendo cônjuges comorientes, a ordem de sucessão é a seguinte: a) ascendentes, colaterais, Estado. b) descendentes, colaterais, Estado. c) estado, colaterais, ascendentes. d) ascendentes, colaterais, descendentes. e) descendentes, ascendentes, colaterais.
Direitonet				deserdação	Não é motivo para deserdação: a) Ofensa física. b) Injúria grave. c) Relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto. d) Nenhuma das alternativas.
MP	MG	2000	mar	direito hereditário	Tristão e Isolda eram casados. Durante a primeira gravidez de Isolda, Tristão faleceu. Com base nisso, pode-se afirmar que: a) a herança de Tristão será transmitida a seus ascendentes, caso a gravidez resulte em aborto; b) se o nascituro sobreviver ao parto, um segundo que seja, a herança de Tristão será deferida a Isolda, por direito de representação; c) não sobrevivendo o nascituro, a herança de Tristão será, depois de partilhada com Isolda, deferida a seus pais; d) caso o nascituro sobreviva, herdarão seus irmãos, por direito de representação; e) se Isolda perder o filho uma semana após o parto, nada herdará por direito de transmissão.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	BA	2001	jan	doação	<p>José, viúvo e funcionário público aposentado, possui dois filhos (Clóvis e Joana) e apenas dois imóveis, não tendo outros bens de valor significativo. José doa para Clóvis a casa situada em Salvador, avaliada em R\$ 150.000,00 e para Joana, o sítio, no valor de R\$ 50.000,00. José passa a viver com sua aposentadoria de R\$ 5.000,00 em um apartamento alugado. Em face da doação feita a Clóvis, assinale a assertiva correta:</p> <p>a) é nulo o excesso de doação universal; b) é nulo o excesso da doação inoficiosa; c) a doação é nula por se tratar de doação inoficiosa; d) a doação é nula por se tratar de doação universal; e) a doação é válida.</p>
OAB	MG	2006	1º	espólio	<p>Segundo a doutrina mais moderna, o espólio, segundo o tratamento prático que lhe é conferido, será, quanto a sua natureza:</p> <p>a) pessoa jurídica. b) ente personificado. c) quase-pessoa. d) ente despersonalizado</p>
Direitonet				exclusão do herdeiro	<p>O prazo para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em:</p> <p>a) 1 ano, contado da data da abertura da sucessão. b) 3 anos, contados da data do fato que tornou-o indigno. c) 4 anos, contados da data da abertura da sucessão. d) 5 anos, contados da data do fato que tornou-o indigno.</p>
DP	SP	2006		herança	<p>Com relação à herança, é correto afirmar:</p> <p>a) Pode haver renúncia parcial. b) Não se pode aceitar a herança sob condição. c) A renúncia da herança pode se dar por instrumento particular. d) Não pode haver renúncia tácita. e) A transmissão da herança se dá a contar da aceitação do herdeiro</p>
Magistratura	MG	2005		herança	<p>Dispõe o Código Civil que a herança:</p> <p>a) poderá ser renunciada sob condição. b) não poderá ser renunciada em parte. c) poderá ser renunciada de forma tácita. d) não poderá ser renunciada por escritura pública.</p>
Adv/CEF	Federal	2004	jul	herança	<p>Paulo faleceu e apurou-se saldo negativo em seu contrato de abertura de crédito em conta-corrente (cheque especial) . Deixou apenas um veículo, cujo valor é inferior ao total da dívida. Nesse caso, os herdeiros.</p> <p>a) Não responderão pela dívida por tratar-se de obrigação personalíssima. b) Responderão pelo valor total da dívida, exceto taxa de inadimplência. c) Responderão pela totalidade da dívida. d) Só responderão pela dívida até o valor do veículo deixado pelo falecido. e) Responderão pelo valor total do principal corrigido, excluído os juros.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2003	dez	herança	<p>João instituiu como seus herdeiros: Mateus, seu tio. Paulo, seu irmão. Maria, Augusta e Beatriz, Rodrigo e, ainda, Roberto e Eduardo, filhos de sua irmã Salette. Sua herança deverá ser dividida:</p> <p>a) Em 7 porções idênticas. b) Em 3 porções idênticas. c) Em 4 porções idênticas, pois as pessoas nomeadas coletivamente equiparam-se às indicadas individualmente, visto que a divisão da herança operar-se-á, em relação a elas, por estirpe. d) 2/7 para Paulo e Mateus; 3/7 para as filhas de Rodrigo e 2/7 para os filhos de Salette.</p>
MPF	Federal		14º	herança	<p>Falecendo um dos credores solidários que deixa dois herdeiros necessários:</p> <p>a) qualquer dos herdeiros pode sempre exigir e receber o crédito integralmente; b) qualquer dos herdeiros pode sempre exigir e receber integralmente a parte que no crédito cabia ao de cujus; c) cada herdeiro, ainda que se trate de obrigação indivisível, só pode exigir e receber a cota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário; d) nenhuma das alternativas anteriores.</p>
OAB	SP		127º	herança	<p>Em relação à herança, é correto afirmar que</p> <p>a) os herdeiros necessários podem ser deserdados, de acordo com a vontade do testador. b) os atos de aceitação ou de renúncia da herança são irrevogáveis. c) os herdeiros necessários são os descendentes e os ascendentes. d) o testamento público deve ser presenciado, pelo menos, por 3 (três) testemunhas, sob pena de nulidade.</p>
Direitonet				herança	<p>Em que momento ocorre a transmissão da herança?</p> <p>a) Ocorre a transmissão da herança com a expedição do formal de partilha, no prazo de 30 dias contados a partir da data da distribuição do inventário. b) Deverá ocorrer a transmissão da herança, desde logo, assim que aberta a sucessão, ou seja, com a morte do de cujus. c) Ocorrerá a transmissão da herança apenas quando devidamente homologado o formal de partilha, isto é, ao término do processo, constituindo legalmente os herdeiros como proprietários da herança. d) Somente irá ocorrer a transmissão da herança após a homologação do formal de partilha, no prazo de 60 dias contados da distribuição do inventário perante o juízo competente no lugar da sucessão, para fins de liquidação e, quando for o caso, de partilha da herança.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Direitonet				herança	<p>O que se entende por herança vacante?</p> <p>a) Herança vacante, também conhecida por herança jacente é aquela onde se verifica a ausência de qualquer herdeiro, legítimo ou testamentário, devendo todo o patrimônio ser arrebanhado pelo Estado.</p> <p>b) Trata-se da ausência de pessoas habilitadas a suceder, devendo o patrimônio ser leiloado em praça pública e o valor arrecadado convertido ao Estado.</p> <p>c) Cuida, a herança vacante, de hipótese em que, ocorrendo o falecimento de alguém sem deixar testamento nem herdeiro legítimo reconhecido, os bens arrecadados passam ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, devendo ser incorporados ao domínio da União quando localizados em território federal.</p> <p>d) O instituto da herança vacante constitui-se como a exclusão dos colaterais, por não haverem se habilitado dentro do prazo legal, perdendo, desta sorte, seus direitos sobre a herança.</p>
Direitonet				herança	<p>Quanto à aceitação da herança:</p> <p>a) Não se pode fazê-lo em parte, sob condição ou a termo.</p> <p>b) Em se tratando de herdeiro recebendo legados, deverá aceitá-los, juntamente com a herança, ou renunciá-los, renunciando desta maneira à herança também, por não haver possibilidade de fazê-lo apenas em parte.</p> <p>c) Deve ser feita expressamente, pois se trata de ato solene.</p> <p>d) Tem-se por não verificada somente em decorrência de falecimento do herdeiro.</p>
Direitonet				herança	<p>A herança será declarada jacente quando:</p> <p>a) ocorrer o falecimento de alguém sem deixar testamento ou herdeiro legítimo notoriamente conhecido, ou os que se conhecerem renunciarem à herança.</p> <p>b) ocorrer o falecimento de alguém sem deixar testamento, ou herdeiro legítimo notoriamente conhecido.</p> <p>c) ocorrer falecimento de alguém sem deixando apenas herdeiros legítimos.</p> <p>d) Nenhuma das anteriores.</p>
Direitonet				herança	<p>Em caso de falecimento do herdeiro, antes de declarar se aceita ou não a herança:</p> <p>a) inicia-se a contagem de prazo de 10 dias para que seus herdeiros declarem se aceitam ou não a herança, devendo fazê-lo em petição própria, destinada ao juízo competente da do lugar da sucessão da herança do herdeiro.</p> <p>b) passa o poder de aceitar a herança, aos herdeiros, a menos que se trate de vocação adstrita a uma condição suspensiva, ainda não verificada.</p> <p>c) passa esta, automaticamente, à condição de vacante, incorporando-se ao patrimônio do Estado, nos moldes legais.</p> <p>d) deve, no que lhe cabia, ser acrescido aos demais herdeiros, desde que estes aceitem a herança.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Direitonet				herança	<p>Assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) Aceita a herança, torna-se definitiva a sua transmissão ao herdeiro, desde a abertura da sucessão.</p> <p>b) A transmissão tem-se por não verificada quando o herdeiro renunciar à herança.</p> <p>c) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.</p> <p>d) Todas alternativas estão incorretas.</p>
OAB	SP			herança	<p>Em relação à herança, é correto afirmar que</p> <p>a) os atos de aceitação ou de renúncia da herança são irrevogáveis.</p> <p>b) os herdeiros necessários são os descendentes e os ascendentes.</p> <p>c) o testamento público deve ser presenciado, pelo menos, por 3 (três) testemunhas, sob pena de nulidade.</p> <p>d) os herdeiros necessários podem ser deserdados, de acordo com a vontade do testador.</p>
OAB	SP			herança	<p>Se forem nomeados herdeiros "A" com 1/6 da herança, "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si. Se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida</p> <p>a) entre "B" e "C", recebendo cada um metade de 1/6 de "A".</p> <p>b) entre "B" e "C", recebendo "B" uma parcela de 1/6 e "C", duas parcelas daquele 1/6.</p> <p>c) em partes iguais aos seus substitutos A e B.</p> <p>d) entre "B" e "C" na mesma proporção fixada pelo testador, logo "B" receberá duas partes de 1/6 de "A" e "C", três partes de 1/6 de "A".</p>
				herança	<p>João instituiu como seus herdeiros: Mateus, seu tio. Paulo, seu irmão. Maria, Augusta e Beatriz, filhas de seu irmão Rodrigo e, ainda, Roberto e Eduardo, filhos de sua irmã Salette. Sua herança deverá ser dividida</p> <p>a) em 7 porções idênticas.</p> <p>b) em 3 porções idênticas.</p> <p>c) em 4 porções idênticas, pois as pessoas nomeadas coletivamente equiparam-se às indicadas individualmente, visto que a divisão da herança operar-se-á, em relação a elas, por estirpe.</p> <p>d) 2/7 para Paulo e Mateus; 3/7 para as filhas de Rodrigo e 2/7 para os filhos de Salette.</p>
				herança	<p>As formas de aceitação da herança têm que ser:</p> <p>a) de maneira expressa, feita por escritura pública, ou por termo nos autos do inventário;</p> <p>b) de maneira expressa, desde que conte com a concordância dos demais herdeiros ou legatários;</p> <p>c) de maneira tácita ou presumida quando, devidamente intimado o herdeiro ou legatário, não se manifesta no prazo de 20 dias que se lhe concedeu para manifestar a sua vontade em relação à herança ou ao legado;</p> <p>d) de qualquer maneira, uma vez que conte o herdeiro ou legatário com a concordância do cônjuge sobrevivente e parecer favorável do Ministério Público;</p> <p>e) nenhuma opção acima é correta.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
				herança	Considera-se a herança: a) uma pessoa jurídica de direito privado; b) uma universalidade; c) uma sociedade entre os herdeiros; d) uma obrigação indivisível; e) uma expectativa de direito.
				herança	Como denominamos o modo de aquisição da propriedade que se dá através da herança? a) Acessão. b) Transcrição causa mortis. c) Usucapião. d) Direito hereditário. e) Tradição.
				herança	Em relação à herança, é correto afirmar que a) os atos de aceitação ou de renúncia da herança são irrevogáveis. b) os herdeiros necessários são os descendentes e os ascendentes. c) o testamento público deve ser presenciado, pelo menos, por 3 (três) testemunhas, sob pena de nulidade. d) os herdeiros necessários podem ser deserdados, de acordo com a vontade do testador.
Direitonet				herdeiro	A alienação realizada por herdeiro aparente a terceiro de boa-fé: a) é nula de pleno direito, podendo ser assim declarado mediante simples petição ao juízo competente. b) é anulável, podendo ser assim feito se proposta ação cabível em até 180 dias. c) é anulável, desde que tenha sido realizada com má-fé por parte do herdeiro aparente. d) Nenhuma das anteriores.
Direitonet				herdeiro x legatário	Das alternativas abaixo, assinale aquela em que há possibilidade de figurar como herdeiro ou legatário: a) As testemunhas do testamento. b) A concubina do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de 5 anos. c) Os filhos daquele excluído da sucessão, por indignidade. d) nenhuma das alternativas anteriores.
Direitonet				herdeiro x legatário	A exclusão do herdeiro ou legatário: a) se dará apenas com relação aos herdeiros necessários, não se aplicando o instituto aos demais, devendo estes serem deserdados. b) deverá ocorrer por sentença apenas quando em caso de homicídio doloso ou tentativa deste contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, podendo ser feita por manifestação de vontade nos demais casos. c) tem efeito pessoal, não se estendendo aos descendentes do herdeiro excluído, que sucedem como se ele morto fosse, antes da abertura da sucessão. d) Todas as alternativas estão corretas.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Direitonet				herdeiro x legatário	Assinale a alternativa que contenha afirmação correta: a) O nosso ordenamento jurídico dá prioridade à sucessão legítima sobre a testamentária. b) Havendo testamento válido, não se aplica a sucessão legítima, pois não há coexistência das duas espécies na mesma sucessão. c) O sucessor a título universal, havendo co-herdeiros, não tem legitimidade para ceder direitos sobre a totalidade de determinados bens da herança. d) Os efeitos da exclusão por indignidade de herdeiro, são iguais aos da renúncia, pois ambas afastam o herdeiro da sucessão.
				herdeiro x legatário	O herdeiro se diferencia do legatário porque a) o legatário sucede a título universal, enquanto o herdeiro sucede a título singular. b) o legatário responde pelas dívidas e encargos da herança, enquanto que o herdeiro está isento desta responsabilidade. c) o legatário sucede numa porção indeterminada da herança e o herdeiro sucede só numa parte determinada da herança. d) o herdeiro não tem o direito de acionar, em juízo, para anular contratos e atos jurídicos feitos pelo autor da herança com terceiros, ao passo que esse direito é conferido ao legatário. e) nenhuma opção acima é correta.
OAB	RS	2005	2º	herdeiros necessários	São herdeiros necessários a) os descendentes e o cônjuge. b) os ascendentes e os colaterais. c) o cônjuge, os ascendentes e os descendentes. d) os colaterais e os descendentes.
DP	MA	2003		herdeiros necessários	São herdeiros necessários: a) o cônjuge e o companheiro. b) apenas os descendentes e os ascendentes. c) os descendentes e os colaterais até quarto grau. d) os descendentes e o cônjuge. e) os descendentes, os ascendentes e os colaterais até quarto grau.
Direitonet				herdeiros necessários	São herdeiros necessários: a) Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. b) Os descendentes, os ascendentes, o cônjuge e o companheiro. c) Os descendentes, os ascendentes, o cônjuge, o companheiro e os colaterais até 4º grau. d) Os descendentes e os ascendentes.
Direitonet				herdeiros necessários	Assinale a alternativa correta: a) O direito sucessório inclui como herdeiro necessário o cônjuge sobrevivente. b) O direito sucessório inclui como herdeiro necessário o concubino(a) viúvo(a). c) O direito sucessório inclui como herdeiros necessários o cônjuge sobrevivente e a concubina viúva. d) O direito sucessório inclui como herdeiros necessários os descendentes, ascendentes e os colaterais.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
OAB	PI			herdeiros necessários	São herdeiros necessários a) os descendentes e o cônjuge. b) os ascendentes e os colaterais. c) o cônjuge, os ascendentes e os descendentes. d) os colaterais e os descendentes.
				herdeiros necessários	Perante o nosso direito positivo, são herdeiros necessários a) somente os descendentes. b) os descendentes e os ascendentes. c) os descendentes, os ascendentes e o cônjuge sobrevivente. d) os descendentes e o cônjuge sobrevivente. e) o herdeiro universal e os descendentes.
MP	MG	2000	set	indignidade	João e Manoel são herdeiros de Joaquim. João tinha filhos e foi excluído por indignidade. A herança de Joaquim será deferida: a) a Manoel e aos filhos de João, por estirpe e transmissão; b) somente a Manoel; c) a Manoel e aos filhos de João, por cabeça e representação; d) a Manoel e aos filhos de João, por estirpe e representação; e) a Manoel e aos filhos de João, por cabeça e transmissão.
Magistratura	MG	2005		inventário	O incidente de remoção do inventariante correrá: a) Nos próprios autos do inventário, intimando-se o inventariante nomeado para defender-se e produzir provas no prazo de 5 (cinco) dias. b) Em apenso aos autos do inventário, com suspensão do feito, intimando-se o inventariante nomeado para defender-se no prazo de 10 (dez) dias. c) Nos próprios autos do inventário, com suspensão do feito, intimando-se o inventariante nomeado para defender-se no prazo de 10 (dez) dias. d) Em apenso aos autos do inventário, intimando-se o inventariante e os demais herdeiros para manifestarem-se no prazo de 5 dias. e) Em apenso aos autos do inventário, intimando-se o inventariante nomeado para defender-se e produzir provas no prazo de 5 dias.
OAB	SP	2003	dez	inventário	No curso do processo de inventário, em que há litígio entre herdeiros, dois deles transacionam e um resolve transferir a outro a quota-parte ideal dos imóveis que lhe foram aquinhoados, em troca de valores mobiliários pertencentes ao espólio. Este evento: a) Constitui fato gerador do imposto de transmissão de competência municipal. b) Constitui fato gerador do imposto de transmissão de competência estadual. c) Constitui fato gerador do imposto de transmissão de competência estadual e municipal, cumulativamente. d) Não é passível de tributação.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2003	121º	inventário	<p>No curso de inventário, um dos herdeiros, em notória insolvência, transfere a terceiros todos os seus direitos hereditários. O juiz, de ofício, declara a ineficácia dessa cessão de direitos, sob o fundamento de existência de fraude contra os credores. A iniciativa do juiz está:</p> <p>a) Correta, por atender aos fins sociais da lei, resguardando os direitos dos credores. b) Incorreta, por depender de iniciativa do credor e anuência do inventariante, como representante do espólio. c) Correta, porque a fraude, pela cessão, não constitui questão de alta indagação, podendo ser reconhecida, de plano, pelo juiz. d) Incorreta, por depender de iniciativa do credor mediante o exercício de ação pauliana.</p>
OAB	SP	2002	ago	inventário	<p>Caio, curador de Akira, ambos brasileiros e domiciliados em São Paulo, viajou com o seu curatelado para o Japão, a fim de assistir aos jogos da Copa do Mundo de 2002. Durante uma das partidas, Akira veio a falecer por pancadaria entre os torcedores. Tendo o interdito deixado bens, em maior número, no Japão, herdados de seu pai que lá falecera, e outros situados na Suíça e na Alemanha, indaga-se em qual país deverá processar-se o inventário.</p> <p>a) No Japão, como local do óbito. b) Na Suíça ou Alemanha, dependendo do país que primeiro receber a comunicação oficial do óbito pelo Consulado Brasileiro no Japão. c) No país do domicílio do curador. d) No Japão, como local do óbito e predominância dos bens.</p>
Direitonet				inventário	<p>A instauração do inventário deverá ser feita no prazo de:</p> <p>a) 45 dias, contados do falecimento do de cujus, embora possa o Juiz determinar de ofício que se inicie o inventário, acaso nenhuma das pessoas a quem couber o requerimento da abertura o fizer dentro do prazo legal. b) 60 dias, contados da abertura da sucessão, devendo ser apresentado perante o juízo competente no lugar do domicílio do de cujus, podendo o Juiz determinar a que se inicie de ofício, acaso não o façam os interessados dentro do prazo legal. c) 30 dias, contados da abertura da sucessão, devendo ser instaurado perante o juízo competente no lugar da sucessão. d) 30 dias, contados da realização do formal de partilha, devendo prosseguir-se com o ingresso do inventário para posterior transferência da herança.</p>
				inventário	<p>À luz do Código de Processo Civil, o inventário é:</p> <p>a) um processo de execução; b) um procedimento especial de jurisdição contenciosa; c) um procedimento especial de jurisdição voluntária; d) um procedimento sumaríssimo; e) um procedimento sumário.</p>
				inventário	<p>O inventariante tem a qualidade de administrador do espólio, a partir:</p> <p>a) da abertura da sucessão; b) de sua primeira intervenção no processo; c) da efetiva intimação de sua nomeação; d) da prestação do respectivo compromisso; e) da outorga de procuração a quem o represente.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
				inventário	<p>Relativamente ao processo de inventário, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>a) O requerimento de inventário e de partilha incumbe a quem esteja na posse e administração do espólio.</p> <p>b) O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 30 (trinta) dias, a contar da abertura da sucessão, e o requerimento feito após esse prazo implica o seu indeferimento pelo juiz.</p> <p>c) Apresentadas as primeiras declarações, o juiz mandará citar, para os termos do inventário e partilha, o cônjuge, os herdeiros, os legatários, a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se o falecido deixou testamento.</p> <p>d) Feitas as citações, o juiz abrirá vista às partes interessadas, em cartório e pelo prazo comum de 10 (dez) dias, para se manifestarem sobre as primeiras declarações, cabendo às partes interessadas argüir erros e omissões, reclamar contra a nomeação do inventariante, contestar a qualidade de quem foi incluído no título de herdeiro.</p>
OAB	GO	2006	3º	inventário / partilha	<p>Acerca do inventário e da partilha, segundo disposto no CPC, marque a alternativa correta:</p> <p>a) Proceder-se-á ao inventário judicial, ainda que todas as partes sejam capazes.</p> <p>b) O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 6 (seis) meses a contar da abertura da sucessão.</p> <p>c) O Estado, mesmo tendo interesse, não pode requerer o inventário.</p> <p>d) O credor do herdeiro não tem legitimidade concorrente para requerer o inventário</p>
				legítima	<p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) a legítima é constituída dos bens que o testador deixou para o herdeiro necessário;</p> <p>b) a legítima constitui-se dos bens deixados pelo de cujus ao herdeiro necessário, após deduzida a porção disponíveis objeto do testamento em favor de terceiros;</p> <p>c) a legítima pode ser reduzida na proporção das liberalidades outorgadas pelo testador, ainda que ultrapassem a porção disponível;</p> <p>d) a legítima deve ser acrescida, através de colação, dos bens doados em vida pelo testador dentro dos limites da porção disponível.</p>
MP	MG	2006	abr	n	<p>Assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>a) Nas associações é lícita a disposição em estatuto que outorga a determinada categoria de sócios maior número de vantagens.</p> <p>b) O terceiro não interessado subroga-se nos direitos do credor ao efetuar o pagamento da dívida em seu próprio nome.</p> <p>c) A lei não permite ao pai nomear, por testamento, tutor para seu filho, se o outro genitor lhe sobrevive.</p> <p>d) O legado de coisa fungível será cumprido ainda que ela inexistir, no momento do óbito, entre os bens deixados pelo testador.</p> <p>e) O direito de crescer pressupõe a pluralidade de pessoas chamadas à mesma herança ou legado e a vacância de uma quota por falta ou recusa de co-herdeiro ou de colegatário.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
Magistratura	GO	2006	51º	n	<p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) têm preferência sucessória, de acordo com a ordem prevista pelo Código Civil vigente, os descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão parcial de bens, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão universal, o autor da herança não houver deixado bens particulares;</p> <p>b) ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será, sempre, assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação, relativamente ao imóvel destinado à residência da família;</p> <p>c) na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau;</p> <p>d) até o compromisso do inventariante, a administração da herança, caberá, em primeiro lugar, ao cônjuge ou companheiro, mesmo se com o outro não convivia ao tempo da abertura da sucessão.</p>
Magistratura	GO	2006	51º	n	<p>Assinale a alternativa VERDADEIRA:</p> <p>a) a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, não pode ser nomeada herdeira nem legatária, impedimento extensivo ao seu cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes e irmãos;</p> <p>b) a aceitação da herança pode ser expressa ou tácita, assim como sua renúncia;</p> <p>c) são irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança;</p> <p>d) na ordem da vocação hereditária da sucessão legítima os ascendentes preferem aos descendentes.</p>
Magistratura	GO	2006	51º	n	<p>Assinale a alternativa FALSA:</p> <p>a) a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor;</p> <p>b) o bem de família, segundo o novo código civil, poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família;</p> <p>c) a dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família;</p> <p>d) são excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem acusado caluniosamente o autor da herança, em juízo ou fora dele, ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro.</p>
OAB	GO	2006	3º	n	<p>Quanto ao direito das sucessões, assinale a alternativa correta:</p> <p>a) A herança apenas se transmite aos herdeiros legítimos e testamentários depois de encerrado o processo de inventário e partilha dos bens.</p> <p>b) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido.</p> <p>c) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da quarta parte da herança.</p> <p>d) A companheira ou o companheiro em hipótese alguma participará da sucessão do outro.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASSUNTO	QUESTÃO
OAB	RN	2006	2º	n	<p>Cláudio e Rosa eram casados pelo regime de comunhão parcial de bens e tinham um filho, menor impúbere, Pedro. O casal possuía um automóvel e o apartamento onde residia a família, e Rosa possuía um imóvel rural, adquirido na constância do casamento, por herança de seu pai. Em virtude de um acidente de trânsito ocorrido em 20/2/2006, Rosa e Pedro faleceram.</p> <p>A falecida deixou testamento conhecido, por meio do qual fazia a doação do imóvel rural à sua mãe, Antônia. A avó paterna de Rosa, Maria, também era viva à época do acidente.</p> <p>A respeito dessa situação hipotética e acerca do direito das sucessões, assinale a opção correta.</p> <p>a) Nos casos de comoriência, ou seja, de morte simultânea e em razão do mesmo acontecimento, em que não se pode verificar a ordem cronológica dos falecimentos, presume-se que os mais velhos tenham morrido antes dos mais jovens.</p> <p>b) Se o laudo pericial não puder identificar quem morreu primeiro, se Rosa ou Pedro, a herança de Rosa representada pelos bens do casal será dividida em duas partes iguais: Cláudio receberá 50% e o restante será dividido em partes iguais, 25% para Antônia.</p> <p>c) Como Cláudio é herdeiro necessário, Rosa não poderia dispor de mais da metade do patrimônio.</p> <p>d) No caso de o laudo pericial comprovar que houve premoriência de Rosa, Cláudio receberá a totalidade dos bens do casal.</p>
OAB	RN	2006	2º	n	<p>A respeito do direito das sucessões, assinale a opção correta.</p> <p>a) doação de ascendente para descendente importa em adiantamento da legítima, isto é, uma antecipação de suas quotas legítimas necessárias. Desse modo, quando da abertura do inventário, o herdeiro contemplado com a doação é obrigado a trazer à colação, nos autos do inventário, os bens e dotes que recebeu.</p> <p>b) A renúncia de todos os herdeiros da mesma classe em favor do monte impede os filhos desses herdeiros de sucederem por direito próprio ou por cabeça. Serão chamados a sucederem em todos os direitos em que eles sucederiam, por direito de representação, os parentes dos renunciantes.</p> <p>c) Se o autor da herança for casado em regime de separação de bens e, não tendo descendentes, deixar cônjuge e pais sobreviventes, serão chamados à sucessão os ascendentes, que receberão a totalidade dos bens particulares do de cujus.</p> <p>d) É admissível que um indivíduo viúvo, maior e capaz transfira, em doação universal e ainda em vida, a totalidade de seus bens para seu único filho.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG	2005		n	<p>Assinale a opção INCORRETA.</p> <p>a) Devem os colaterais habilitarem-se para recolher a herança jacente até a declaração de vacância, sob pena de, não o fazendo, serem excluídos da sucessão.</p> <p>b) Caducidade é a qualidade do ato, contrato ou garantia que perdem a sua validade jurídica por inadimplemento de cláusula, obrigação ou fato superveniente.</p> <p>c) O Ministério Público não tem competência para exigir do donatário o cumprimento do encargo de interesse geral, ínsito na doação, após a morte do doador.</p> <p>d) Adquire o promitente comprador direito real à aquisição do imóvel havido por instrumento particular e registrado no Cartório de Registro de Imóveis.</p> <p>e) Os bens havidos antes da união pelo companheiro, que não tem herdeiros e morreu "ab intestato", viram herança jacente e, depois, vacante, entregue ao Município.</p>
MP	MG	2005		n	<p>Assinale a opção INCORRETA.</p> <p>a) No testamento público a presença das testemunhas testamentárias a todo o ato não é exigido pela lei, bastando que escutem a leitura feita em voz alta pelo tabelião para eles e o testador.</p> <p>b) A cláusula penal moratória é exigível cumulativamente com a prestação e não exclui pedido de indenização a ser formulado pelo credor.</p> <p>c) As ações de estado dizem respeito ao ser humano, enquanto sujeito de direitos e obrigações e, por isso são personalíssimas, imprescritíveis e intransmissíveis.</p> <p>d) No regime de separação absoluta qualquer dos cônjuges, isoladamente, pode pleitear, como autor ou réu, acerca de bens, bem como prestar fiança.</p> <p>e) Desempenhando de forma independente o "munus" público, o testamentário exerce as funções, delegando-as a terceiros e prestando contas ao juiz.</p>
MP	GO	2004	MAR	n	<p>É correto afirmar:</p> <p>a) Abre-se a sucessão com a morte do autor da herança, sendo permitido ao co-herdeiro, a partir de então, alienar seu direito hereditário sob qualquer bem da herança, considerando singularmente.</p> <p>b) O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro do prazo de trinta dias contados da abertura da sucessão, podendo este prazo ser dilatado pelo juiz, havendo motivo justo, mediante requerimento do interessado.</p> <p>c) O direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, enquanto indivisível os bens, será regulado pelas normas relativas ao condomínio, podendo, no entanto, qualquer dos co-herdeiros exercer os seus direitos, obedecidas as normas da indivisão.</p> <p>d) Concorrendo com herdeiro de que for ascendente, a cota do cônjuge não poderá ser inferior a um terço da herança.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	GO	2004	MAR	n	<p>Examine as assertivas abaixo:</p> <p>a) Na falta de descendentes e de ascendentes do morto, ao cônjuge sobrevivente será deferida a sucessão por inteiro, salvo se casado no regime de comunhão universal de bens com o autor da herança.</p> <p>b) Permite-se ao testador estabelecer cláusulas restritivas (inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade) sobre os bens da porção disponível. Vedada é, porém, em qualquer caso, a imposição de tais cláusulas sobre os bens da legítima.</p> <p>c) Para excluir da sucessão os herdeiros colaterais, basta que o testador disponha de seu patrimônio sem os contemplar.</p> <p>d) Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.</p>
OAB	MG	2004	MAR	n	<p>Companheiro, na concorrência com colateral de 3º grau do falecido, na sua sucessão quanto aos bens onerosamente adquiridos na vigência da união estável, fará jus a:</p> <p>a) 1/2 do que couber ao colateral.</p> <p>b) 1/3 daquela herança.</p> <p>c) 1/4 daquela herança.</p> <p>d) Quota equivalente ao que, legalmente, couber ao colateral.</p>
MP	DF	2004	fev	n	<p>Joaquim faleceu, no mês de dezembro do ano de 2003, sem que houvesse deixado testamento ou herdeiros conhecidos. O único bem que lhe pertencia era uma pequena casa, em Taguatinta, alugada a um amigo, que pontualmente pagava os alugueres ao proprietário. Está correto afirmar:</p> <p>a) o inquilino da casa deixada pelo de cujus, caso nela se encontrasse residindo há mais de vinte anos, poderia invocar a aquisição da propriedade por usucapião ordinária.</p> <p>b) o inquilino da casa deixada pelo de cujus, caso nela se encontrasse residindo há mais de vinte anos, poderia invocar a aquisição da propriedade por usucapião extraordinária.</p> <p>c) o imóvel deixado por Joaquim pertencerá do Distrito Federal tão logo se encerre o processo de inventário e partilha.</p> <p>d) o inquilino, enquanto vivo Joaquim, não poderia invocar a ocorrência da usucapião, por faltar-lhe o indispensável requisito do animus domini.</p> <p>e) o contrato de locação considerar-se-ia justo título, para fins de usucapião extraordinária, a ser levada a efeito pelo inquilino, caso esse a invocasse contra Joaquim durante a sua vida.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG	2004	ABR	n	<p>Das alternativas abaixo.</p> <p>I. A sentença proferida em ação de sonegados, movida por um único herdeiro, aproveita aos credores dos demais herdeiros;</p> <p>II. Não está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor a empresa pública que presta serviços à população, aplicando-se a ela a legislação própria;</p> <p>III. Pode ser excluído por indignidade o legatário que difama o testador três anos após sua morte e concluído o inventário com partilha de bens;</p> <p>IV. Verificando o Ministério Público que o pai aliena bens do filho, dilapidando seu patrimônio, poderá adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e requerer em juízo a suspensão do poder familiar;</p> <p>V. Pode o consumidor requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o CDC, não assegurando o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.</p> <p>Estão corretas:</p> <p>a) I, II e V</p> <p>b) II, IV e V</p> <p>c) II, III e IV</p> <p>d) I, III e IV</p> <p>e) I, III e V</p>
MP	MG	2004	ABR	n	<p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) A herança destinada aos legitimários é imutável, não importando o número de herdeiros, se poucos ou muitos, se todos ou alguns se habilitaram.</p> <p>b) Existindo herdeiro interditado, seu curador poderá requerer partilha amigável, comprovadamente vantajosa, ainda que o testador o proíba.</p> <p>c) Para igualar as legítimas, o ascendente, concorrendo com o cônjuge, deverá colacionar os bens que recebeu em doação, do seu finado filho.</p> <p>d) O contrato de locação, com renovação compulsória garantida pela Lei 8.245/91, poderá prever sua rescisão de pleno direito, com a decretação da falência.</p> <p>e) Omitida pelo procurador do absolutamente incapaz, o juiz não pode, embora provocado pelo Ministério Público, suprir, de ofício, a alegação de prescrição.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2004	abr	n	<p>Bernardo faleceu, deixando uma soma de dinheiro depositada em banco, ações de uma companhia, 2 automóveis e os utensílios domésticos de sua residência, no valor total de R\$300.000,00. Neste caso, pode-se afirmar que:</p> <p>a) A cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser feita por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel, embora indivisível, até a partilha.</p> <p>b) A cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser feita por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel, mas divisível até a partilha.</p> <p>c) A cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser feita por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel e divisível, podendo ser antecipada a partilha.</p> <p>d) A cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser feita por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel e indivisível até a partilha.</p>
Magistratura	MG	2004		n	<p>Considerando as inovações do Novo Código Civil, assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge são herdeiros necessários.</p> <p>b) O co-herdeiro não poderá ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.</p> <p>c) Na sucessão testamentária, quando contemplados os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, os bens da herança serão confiados a curador nomeado pelo juiz e, se decorridos 3 (três) anos da abertura da sucessão não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados caberão aos herdeiros legítimos.</p> <p>d) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de 2 (dois) anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tomara impossível sem culpa do sobrevivente.</p> <p>e) São anuláveis as disposições testamentárias inquinadas de erro, dolo ou coação, extinguindo-se em 4 (quatro) anos o direito de anular a disposição, contados de quando o interessado tiver conhecimento do vício.</p>
MP	MG	2004		n	<p>Assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) A lei não ilide a presunção legal da paternidade pelo simples fato de ter a mãe praticado e confessado o adultério na constância do casamento.</p> <p>b) É defesa a condição puramente potestativa que obsta o negócio jurídico de todo efeito, mas são permitidas as condições que coadunam com a ordem jurídica.</p> <p>c) O inventário que será sempre judicial, deve ser requerido pelos herdeiros no prazo de 30 (trinta) dias e ultimando-o dentro de 1 (um) ano, salvo prorrogação por justa causa.</p> <p>d) São bens particulares os vencimentos dos funcionários públicos, embora casados no regime de comunhão universal, sendo, portanto, incomunicáveis.</p> <p>e) Considera-se válida a emancipação voluntária concedida pelos pais, mediante escritura pública, sem homologação do Juiz e oitiva do Ministério Público (MP).</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	MG	2004		n	<p>Assinale a proposição incorreta.</p> <p>a) Na promessa de cessão de direitos cabe a preferência ao sublocatário e, sem seguida, ao locatário, estando o móvel sublocado.</p> <p>b) Apesar de não ser declarado falido, o administrador da sociedade limitada fica sujeito a todas as obrigações impostas em lei ao falido.</p> <p>c) Intimado o órgão do Ministério Público, o juiz dirigir-se-á à residência do falecido para arrecadar a herança jacente, esteja ou não presente o MP.</p> <p>d) O advogado apresentará nos autos a cessão de direito hereditário do menor, lavrada em instrumento público, representado o menor pela mãe, cônjuge supérstite.</p> <p>e) Sendo resolutiva a condição, o negócio jurídico produzirá seus efeitos, gerando direitos adquiridos, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido, enquanto ela não se realizar.</p>
MP	MG	2004		n	<p>Das alternativas abaixo:</p> <p>I - A sentença proferida em ação de sonegados, movida por um único herdeiro, aproveita aos credores dos demais herdeiros.</p> <p>II - Não está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) a empresa pública que presta serviços à população, aplicando-se a ela a legislação própria.</p> <p>III - Pode ser excluído por indignidade o legatário que difama o testador (três) 3 anos após sua morte e concluído o inventário com partilha de bens.</p> <p>IV - Verificando o Ministério Público que o pai aliena bens do filho, dilapidando seu patrimônio, poderá adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e requerer em juízo a suspensão do poder familiar.</p> <p>V - Pode o consumidor requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o CDC, não assegurando o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.</p> <p>Estão corretas:</p> <p>a) somente I, II e V b) somente II, IV e V c) somente II, III e IV d) somente I, III e IV e) somente I, III e V</p>
MP	MG	2004		n	<p>Assinale a alternativa correta.</p> <p>a) A herança destinada aos legítimos é imutável, não importando o número de herdeiros, se poucos ou muitos, se todos ou alguns se habilitaram.</p> <p>b) Existindo herdeiro interdito, seu curador poderá requerer partilha amigável, comprovadamente vantajosa, ainda que o testador o proíba.</p> <p>c) Para igualar as legítimas, o ascendente, concorrendo com o cônjuge, deverá colacionar os bens que recebeu em doação, do seu finado filho.</p> <p>d) O contrato de locação, com renovação compulsória garantida pela Lei n. 8245/91, poderá prever sua rescisão de pleno direito, com a decretação da falência.</p> <p>e) Omitida pelo procurador do absolutamente incapaz, o juiz não pode, embora provocado pelo Ministério Público, suprir, de ofício, a alegação de prescrição.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	DF	2004		n	<p>Com relação ao direito das sucessões, julgue os itens que se seguem:</p> <p>a) Ocorrendo a morte de um indivíduo, a aquisição de seu patrimônio pelos herdeiros se opera no exato momento da morte do de cujus, passando aqueles a exercer, por direito próprio, a posse e o domínio sobre os bens deixados em regime de condomínio universal com os demais sucessores até que ocorra a partilha.</p> <p>b) Se um dos co-herdeiros reclamar a universalidade da herança a um terceiro que indevidamente a possua, este pode, legitimamente, opor-lhe em exceção, o caráter parcial do direito daquele nos bens da sucessão.</p> <p>c) Se a ação de investigação de paternidade for julgada procedente cinco anos após o encerramento do processo de inventário e partilha dos bens deixados pelo genitor do investigado, não será mais admissível pleitear a anulação da partilha, em virtude do preceito constitucional que protege o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.</p> <p>d) A cessão de direitos, a título singular, sobre imóvel certo e determinado, antes de ajuizada a ação de inventário ou arrolamento, poderá ser feita pelo conjunto de todos os co-herdeiro isoladamente.</p>
MP	RN	2003	FEV	n	<p>Acerca do direito sucessório, assinale a alternativa incorreta:</p> <p>a) O princípio da saisine, adotado pelo Código Civil, significa a transmissão da propriedade e da posse da herança aos herdeiros legítimos e testamentários no instante da morte do de cujus.</p> <p>b) A inserção, no mundo sucessório para o(a) companheiro(a), se dará quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições estabelecidas na legislação civil.</p> <p>c) No regime da comunhão parcial de bens, o cônjuge sobrevivente concorre, como herdeiro necessário, com os descendentes, quando o autor da herança houver deixado bens particulares.</p> <p>d) Concorrendo com ambos os genitores do de cujus, ao cônjuge sobrevivente tocará metade da herança. Caber-lhe-á 1/3 desta, se concorrer com ascendentes de grau maior.</p> <p>e) Podem os credores prejudicados, com autorização do juiz, aceitar a herança em nome do herdeiro renunciante, bastando a demonstração de que já eram credores anteriormente ao repúdio.</p>
OAB	SP	2003	dez	n	<p>Sobre a sucessão dos bens de estrangeiro situados no País, a Constituição Federal:</p> <p>a) Determina que a lei infraconstitucional discipline a matéria.</p> <p>b) Assegura a aplicação da lei brasileira em benefício do cônjuge e dos filhos brasileiros, caso a lei do de cujus não lhe seja mais favorável.</p> <p>c) Assegura a aplicação, em qualquer circunstância, da lei brasileira em benefício do cônjuge e dos filhos brasileiros.</p> <p>d) Assegura o ajuizamento do processo sucessório perante o Supremo Tribunal Federal.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASSUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2003	ago	n	<p>Assinale a opção correta.</p> <p>a) O legatário pode entrar na posse da coisa legada por autoridade própria, visto que a posse direta do bem legado se lhe transmite ope legis no instante da morte do testador.</p> <p>b) Se ao tempo da abertura da sucessão, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a nua-propriedade dos bens fideicomitidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário pelo tempo previsto no testamento.</p> <p>c) O testamenteiro pode adquirir bens da herança.</p> <p>d) O testamento de emergência ou o testamento particular excepcional, escrito de próprio punho e assinado pelo testador em risco de vida, sem qualquer testemunha, não poderá ser confirmado a critério do juiz.</p>
Magistratura	MG	2003		n	<p>Considerando as inovações do Novo Código Civil, assinale a alternativa incorreta.</p> <p>a) Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge são herdeiros necessários.</p> <p>b) O co-herdeiro não poderá ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.</p> <p>c) Na sucessão testamentária, quando contemplados os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, os bens da herança serão confiados a curador nomeado pelo juiz e, se decorridos 3 anos da abertura da sucessão não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados caberão aos herdeiros legítimos.</p> <p>d) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de 2 anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.</p> <p>e) São anuláveis das disposições testamentárias inquinadas de erro, dolo ou coação, extinguindo-se em 4 anos o direito de anular a disposição, contados de quando o interessado tiver conhecimento do vício.</p>
Magistratura	ES	2003		n	<p>As frases abaixo são verdadeiras, salvo:</p> <p>a) a obrigação do fiador passa ao herdeiro, mas a responsabilidade da fiança limita-se ao tempo decorrido até a morte dele, não podendo ultrapassar as forças da fiança.</p> <p>b) não há direito de sucessão entre o adotado e os parentes do adotante.</p> <p>c) o fiador pode exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo.</p> <p>d) o contrato, quando comutativo é sempre oneroso.</p> <p>e) havendo desigualdade em grau de diversidade, em linha, a herança partir-se-á entre duas linhas meio a meio.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG	2003		n	<p>É correto afirmar, exceto:</p> <p>a) a posse pode ser adquirida por terceiro, mesmo sem mandato, mas pendente de ratificação;</p> <p>b) contrato, título à propriedade fiduciária, deverá, necessariamente, conter a descrição da coisa objeto da transferência/~encia, o total da dívida e a taxa de juros, se houver.</p> <p>c) usufruto pode recair em títulos de crédito, neste caso, o usufrutuário tem direito a cobrar as respectivas dívidas.</p> <p>d) direito de representação na linha transversal se dá somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, se com o irmão deste concorrerem;</p> <p>e) direito de exclusão dos herdeiros extingue-se em quatro anos, partir do falecimento do autor da herança e não são válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé antes da sentença de exclusão.</p>
OAB	SP	2002	dez	n	<p>Indique a alternativa correta.</p> <p>a) Não está sujeito à conferência o seguro instituído em favor do descendente, por não haver rompimento da igualdade das legítimas dos mais descendentes do de cujus.</p> <p>b) Se o sonegador for o inventariante, apenas será removido do cargo, mesmo que seja herdeiro do autor da herança.</p> <p>c) O legatário entra na posse da coisa legada por autoridade própria, haja, ou não, permissão do testador, pois com a abertura da sucessão, tanto o domínio como a posse daquele bem podem transmitir-se ipso iure.</p> <p>d) O direito de representação pode dar-se na sucessão legítima e na testamentária.</p>
Magistratura	TO	2002		n	<p>Assinale com (V) a alternativa verdadeira e com (F) a alternativa falsa:</p> <p>I - O legatário é sempre parte ilegítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio;</p> <p>II - Ao cego só se permite o testamento particular;</p> <p>III - O credor de dívida líquida e certa ainda não vencida, pode requerer habilitação ao inventário;</p> <p>IV - Nenhum dos co-herdeiros pode reclamar a universalidade da herança ao terceiro, que indiretamente a possua, não podendo este opor-lhe, em exceção, o caráter parcial do seu direito nos bens da sucessão.</p> <p>a) F V V F b) F F V F c) V F V F d) V F F V e) NDA</p>
Magistratura	TO	2002		n	<p>Assinale com (V) a alternativa verdadeira e com (F) a alternativa falsa:</p> <p>I - Decaindo os pais do pátrio poder, os menores são postos em tutela;</p> <p>II - O testamento cerrado será aberto pelo Juiz;</p> <p>III - O regime de bens é imutável e as mulheres com mais de 60 (sessenta) anos só podem se casar pelo regime da separação de bens;</p> <p>IV - Dentre os impedimentos absolutos e relativos para o casamento, estão, respectivamente, o incesto e a idade inferior a 16 (dezesseis) anos para as mulheres.</p> <p>a) V F V V b) V F V F c) F V F V d) V V V F e) NDA</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
Magistratura	TO	2002		n	Assinale com (V) a alternativa verdadeira e com (F) a alternativa falsa: I - O credor pode, em nome do herdeiro renunciante, aceitar a herança. II - O testador só pode conceder ao testamentário posse e administração da herança se não houver cônjuge ou herdeiro necessário. III - O casamento nuncupativo deverá seguir o regime de separação de bens. IV - O instituto da tutela é incompatível com o pátrio poder. a) V F F V b) F V F V c) V F V F d) V V F V e) NDA
Magistratura	TO	2002		n	Assinale com (V) a alternativa verdadeira e com (F) a alternativa falsa: I - A renúncia pura e simples à herança é incondicional em favor do monte, a ser dividido entre os herdeiros da mesma classe, não renunciantes. II - Os credores prejudicados pela renúncia da herança pelo herdeiro, podem aceitá-las até o limite da dívida. III - O codicilo é um ato de última vontade sem instituição de herdeiro. IV - A colação tem por objetivo igualar a legítima dos herdeiros. a) V V F V b) V F F V c) F V V F d) VVVV e) NDA
OAB	MG	2000	mar	n	Assinale a opção incorreta: a) o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis; b) o mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito; c) o Código Civil Brasileiro reconhece como testamentos ordinários: o público, o cerrado e o particular; d) a herança, enquanto não realizada a partilha, não responde pelas dívidas do falecido.
Magistratura	DF	2000	jun	n	Assinale a alternativa correta: a) aberta a sucessão, o domínio e a posse dos bens que constituem a herança passam imediatamente aos herdeiros; b) somente após o julgamento da partilha no inventário, considerada a herança como universitas bonorum, com a atribuição do quinhão a cada herdeiro, o domínio e a posse da herança passam aos herdeiros; c) ao inventariante, após a sua nomeação, passam o domínio e a posse dos bens que constituem a herança; d) após o registro dos formais de partilha no Cartório de Imóveis, em se tratando de bens imóveis, ou da tradição, se móveis, passam o domínio e a posse da herança aos respectivos herdeiros.
Magistratura	MG	2000	fev	n	Em autos de inventário, com herdeiros menores e ausentes, representados, não foi intimado o Ministério Público, que, assim, não teve conhecimento e nem pôde officiar no processo. O inventariante foi removido por permitir, por culpa sua, que bens do espólio sofressem danos. A final, foi julgada a partilha. A solução cabível será: a) anular o processo desde a petição inicial, inclusive; b) anular parcialmente o processo, desde o momento em que o Ministério Público deveria ter sido intimado; c) considerar válido o processo, já que os interessados não alegaram prejuízo; d) anular apenas a partilha, para que da outra pudesse participar o Ministério Público; e) anular a partilha, parcialmente, apenas no que se refere aos quinhões hereditários dos menores e ausentes.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Magistratura	MG	2000	fev	n	Com o falecimento de Antônio Carlos, viúvo, sem testamento, Patrícia e Pedro, seus filhos, abriram o inventário, partilharam entre si os bens e registraram o formal. Cinco meses após encerrado o inventário, Raimundo, filho reconhecido pelo falecido, mas desconhecido de Patrícia e Pedro, entra em juízo pretendendo receber seu quinhão na herança do pai. Para postular os direitos de que se julga titular, Raimundo terá de propor uma ação: a) rescisória; b) de alimentos; c) de petição de herança; d) anulatória de partilha; e) investigatória de paternidade.
Magistratura	MG	2000		n	Em autos de inventário, com herdeiros menores e ausentes, representados, não foi intimado o Ministério Público que, assim, não teve conhecimento e nem pode oficiar no processo. O inventariante foi removido por permitir, por culpa sua, que bens do espólio sofressem danos. A final, foi julgada a partilha. A solução cabível será: a) anular o processo desde a petição inicial, inclusive; b) anular parcialmente o processo, desde o momento em que o Ministério Público deveria ter sido intimado; c) considerar válido o processo, já que os interessados não alegaram prejuízo; d) anular apenas a partilha, para que da outra pudesse participar o Ministério Público; e) anular a partilha, parcialmente, apenas no que se refere aos quinhões hereditários dos menores e ausentes.
Magistratura	DF	99	mai	n	Assinale a alternativa correta: a) citado o herdeiro em ação de investigação de paternidade movida contra o seu falecido pai, manifestando o mesmo ausência de interesse na lide, tal há de ser interpretado como renúncia à herança; b) a renúncia da herança quando já formalmente realizada pode ser retratada; c) ainda que o herdeiro venha a ser excluído da sucessão, por sentença, não estará obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido; d) os efeitos da exclusão de herdeiro restringem-se ao excluído e seus sucessores.
MP	SP	98	80º	n	O de cujus, além de deixar testamento, dispõe por carta dirigida à viúva-meeira, acerca de suas disposições para distribuição de esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas e também lega roupas ou móveis às mesmas pessoa. Pergunta-se: qual a denominação jurídica desse ato? a) aditamento testamentário; b) legado; c) ato de mera liberalidade; d) codicilo; e) ato de benemerência.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
Magistratura	SP	97	169º	n	Em matéria de direitos divisíveis, a interrupção da prescrição procedida contra um dos herdeiros do devedor solidário: a) prejudica os outros herdeiros ou devedores; b) é tida por inexistente para todos os devedores, incluído o destinatário da interrupção; c) prejudica apenas os outros herdeiros; d) não prejudica os outros herdeiros ou devedores.
MP	MG	89	abr	n	Na sucessão provisória do ausente, o sucessor que não for nem descendente, nem cônjuge e nem ascendente do ausente, poderá: a) Ficar com os bens que na sucessão definitiva lhe caberiam sem quaisquer outras providências; b) Capitalizar metade desses frutos e rendimentos de acordo com o representante do Ministério Público e prestar anualmente contas ao Juiz competente; c) Apenas zelar pelo patrimônio até solução da ausência; d) Depositar integralmente, em Juízo, todos os bens a serem inventariados; e) Depositar, em juízo, três quartos dos bens a serem inventariados.
Magistratura	Federal 1ª região		4º	n	Assinale a opção correta: a) se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto antes o mais velho; b) o domicílio civil das pessoas jurídicas de direito privado será o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial nos seus estatutos ou atos constitutivos; c) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a aprovação dos seus contratos, atos constitutivos, estatutos ou compromissos pela assembléia de fundadores; d) o domicílio civil do militar em serviço ativo será aquele por ele nomeado.
Magistratura	Federal 1ª região		4º	n	Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais: a) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes; b) os direitos de autor; c) o direito à sucessão aberta; d) os direitos de obrigação e as ações respectivas.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG		37º	n	Almerinda faleceu no final de 1997. Solteira, não deixou descendentes, ascendentes ou convivente. Deixou irmãos, sobrinhos e filhos destes. Seu testamento abrangia apenas parte dos seus bens. Em relação aos bens não abrangidos pelo testamento, é incorreto afirmar que: a) se houver pré-falecido um dos sobrinhos, filho de irmão também pré-falecido, os filhos daquele sobrinho não o representarão nesta sucessão, se tal sobrinho tiver irmãos e se a falecida também não deixou irmãos; b) se todos os irmãos da falecida forem germanos e pré-falecidos, os sobrinhos herdarão por cabeça; c) se um dos irmãos de Almerinda for pré-falecido, seus filhos receberão o que caberia a seu pai; d) se todos os irmãos forem vivos e germanos, receberão por cabeça; e) se houver irmãos unilaterais e bilaterais, cada um destes receberá o dobro do que couber a cada um daqueles.
MP	MG		35º	n	Ainda em vida da pessoa, sua herança: a) pode ser objeto de cessão de direitos; b) pode ser objeto de cessão condicionada ao falecimento do de cujus; c) pode ser objeto de cessão, desde que a isso não se oponha tal pessoa; d) não pode ser objeto de cessão; e) pode ser objeto de cessão para satisfação dos atuais credores.
MP	DF		23º	n	Assinale a opção incorreta: a) a sucessão pode ocorrer por direito próprio, por direito de representação e por direito de transmissão; b) para os que sucedem por direito próprio, a partilha pode ser por cabeça ou por linha; c) a indignidade é causa do direito de representação, que pode dar-se na linha reta descendente e na linha reta ascendente; d) a ação de petição de herança visa ao reconhecimento da qualidade sucessória do autor.
MPF	Federal		14º	n	A troca de bens de valores iguais entre ascendentes e descendentes, sem o assentimento expresso dos outros descendentes: a) é anulável; b) é válida; c) é nula; d) é apenas ineficaz em relação aos demais descendentes.
OAB	SP		130º	n	Após um dia normal de trabalho em seu escritório, João, 40 anos, não volta para casa e não deixa representante ou procurador. É correto afirmar que a propriedade dos bens de João será definitivamente entregue aos herdeiros: a) logo após o encerramento das buscas e o subsequente inventário. b) após o procedimento de justificação para assentamento de óbito e o subsequente inventário. c) após o transcurso de mais de 10 anos do desaparecimento. d) após a declaração da morte presumida, sem necessidade de procedimento de ausência.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
OAB	SP		129º	n	Sobre o Direito das Sucessões, é errado afirmar: a) os filhos do herdeiro renunciante herdam por representação. b) é lícito a José ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Joaquim, que já faleceu. c) Pedro pode nomear como herdeira testamentária sua sobrinha, que nem sequer foi concebida. d) as testemunhas do testamento não podem ser nomeadas herdeiras.
OAB	SP		110º	n	O testador institui seus herdeiros "A", por 1/6 da herança, "B" por 2/6 e "C", dispondo que, na falta de um deles por premoriência, indignidade ou renúncia, nomeia "D" como herdeiro, juntamente com os demais. Dessa maneira, se "A" falece, o seu quinhão será dividido em partes iguais por todos os outros herdeiros, inclusive "D". Ter-se-á, no caso em tela, substituição: a) ordinária singular; b) compendiosa; c) recíproca; d) ordinária plural
Direit onet				n	Assinale a alternativa correta: a) O Código Civil equipara o cônjuge sobrevivente e o companheiro sobrevivente para efeitos sucessórios. b) O Código Civil não equipara o cônjuge sobrevivente e o companheiro sobrevivente para efeitos sucessórios. c) O Código Civil não fala em companheiro sobrevivente. d) Nenhuma das alternativas.
DP	MG			n	Aberta a sucessão de Francisco, constatou-se a inexistência de testamento. O patrimônio deixado pelo falecido é de R\$100.000,00 e não foram encontradas dívidas. Considerados estes aspectos, é INCORRETO afirmar que: a) a sucessão será deferida por cabeça e por estirpe, se o de cujus deixou 4 filhos vivos e 3 netos, filhos, estes, de um filho préfalecido; b) a colação será efetivada tanto pelos filhos vivos como pelos netos, estes com relação aos bens recebidos por seu pai; c) a colação não será efetivada pelos herdeiros que receberam doações paternas, em razão da inexistência de testamento; d) a colação deverá ser efetivada também por herdeiro que renunciará herança;
DP	MG			n	Assinale a alternativa correta. Ocorre colação: a) quando os descendentes são obrigados, no inventário, a conferir doações com a finalidade de aumentar a porção disponível. b) quando o inventariante omite, dolosamente, bens que deveria declarar, encerrada a descrição dos bens. c) quando os donatários são obrigados a conferir as doações que o doador determinara saíssem da sua metade. d) quando os netos, por representação de seus pais, sucedem os avós, levam ao inventário os bens que os pais teriam de conferir.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Magistratura	PA			n	<p>Considerando as inovações do Novo Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>a) Os descendentes, os ascendentes e o cônjuge são herdeiros necessários.</p> <p>b) O co-herdeiro não poderá ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.</p> <p>c) Na sucessão testamentária, quando contemplados os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, os bens da herança serão confiados a curador nomeado pelo juiz e, se decorridos 3 (três) anos da abertura da sucessão não for concebido o herdeiro esperado, os bens reservados caberão aos herdeiros legítimos.</p> <p>d) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de 2 (dois) anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.</p>
Magistratura	PA			n	<p>Se o autor da herança era comerciante em nome individual, conforme constou das primeiras declarações no inventário, o Juiz deverá ordenar:</p> <p>a) a apuração de haveres.</p> <p>b) a avaliação por avaliador judicial.</p> <p>c) a avaliação por perito nomeado.</p> <p>d) que o inventariante estime o respectivo valor, ouvindo o fisco a respeito.</p>
Magistratura	MA			n	<p>Analise as proposições a seguir com base no Código Civil:</p> <p>I. O direito de provar a causa da deserção extingue-se no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da abertura do testamento.</p> <p>II. No legado alternativo, se o herdeiro ou legatário a quem couber a opção falecer antes de exercê-la, passará esse poder aos seus herdeiros.</p> <p>III. A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, implica, apenas, a impenhorabilidade, permitindo, no entanto, a comunicabilidade.</p> <p>Assinale:</p> <p>a) se apenas a proposição I estiver correta.</p> <p>b) se apenas a proposição II estiver correta.</p> <p>c) se apenas as proposições I e II estiverem corretas.</p> <p>d) se todas as proposições estiverem corretas.</p>
MP	MG			n	<p>É correto afirmar:</p> <p>a) abre-se a sucessão com a morte do autor da herança, sendo permitido ao co-herdeiro, a partir de então, alienar seu direito hereditário sob qualquer bem da herança considerado singularmente;</p> <p>b) o inventário e a partilha devem ser requeridos dentro do prazo de trinta dias contados da abertura da sucessão, podendo este prazo ser dilatado pelo juiz, havendo motivo justo, mediante requerimento do interessado;</p> <p>c) o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, enquanto indivisível os bens, será regulado pelas normas relativas ao condomínio, podendo, no entanto, qualquer dos co-herdeiros exercer os seus direitos, obedecidas as normas da divisão;</p> <p>d) concorrendo com herdeiro de que for ascendente, a cota do cônjuge não poderá ser inferior a um terço da herança.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG			n	<p>Examine as assertivas abaixo:</p> <p>I - Na falta de descendentes e de ascendentes do morto, ao cônjuge sobrevivente será deferida a sucessão por inteiro, salvo se casado no regime de comunhão universal de bens com o autor da herança.</p> <p>II - Permite-se ao testador estabelecer cláusulas restritivas (inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade) sobre os bens da porção disponível. Vedada é, porém, em qualquer caso, a imposição de tais cláusulas sobre os bens da legítima.</p> <p>III - Para excluir da sucessão os herdeiros colaterais, basta que o testador disponha de seu patrimônio sem os contemplar.</p> <p>IV - Na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.</p> <p>a) I e II são corretas; b) II e III são corretas; c) III e IV são corretas; d) I e IV são corretas.</p>
MP	PI			n	<p>Assinale a alternativa correta.</p> <p>a) Legado é a deixa testamentária a título universal. b) A indignidade representa instituto exclusivo da sucessão testamentária. c) A deserção atinge tanto a sucessão legítima como a da última vontade. d) A sucessão se processa por estirpe quando à herança concorrem descendentes de graus diversos.</p>
MP	SE			n	<p>O ascendente precisa do consentimento dos demais descendentes para</p> <p>a) doar qualquer bem imóvel a um dos descendentes. b) locar bens imóveis acima de determinado valor a um dos descendentes. c) vender a um dos descendentes. d) celebrar qualquer tipo de sociedade com um dos descendentes. e) dar em comodato bens imóveis a um dos descendentes.</p>
MP	MS			n	<p>Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) são considerados herdeiros necessários somente os da classe descendente, que obrigatoriamente receberão pelo menos cinquenta por cento (50%) do valor de sua quota-parte da herança; b) o cônjuge sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total; c) o direito de representação hereditária dá-se na linha reta descendente, na linha transversal em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmão deste concorrerem, mas nunca na linha ascendente; d) o cônjuge não poderá ser afastado da sucessão pela via testamentária.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASSUNTO	QUESTÃO
OAB	SP			n	<p>Segundo o disposto no artigo 1.784 do Código Civil, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Até o momento da partilha, os bens do falecido são considerados imóveis,</p> <p>a) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de fato, inalienáveis e em condomínio.</p> <p>b) divisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.</p> <p>c) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, alienáveis e em condomínio.</p> <p>d) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.</p>
OAB	SP			n	<p>Assinale a opção correta.</p> <p>a) O legatário pode entrar na posse da coisa legada por autoridade própria, visto que a posse direta do bem legado se lhe transmite <i>ope legis</i> no instante da morte do testador.</p> <p>b) Se ao tempo da abertura da sucessão, já houver nascido o fideicomissário, adquirirá este a <i>nua-propriedade</i> dos bens fideicomitidos, convertendo-se em usufruto o direito do fiduciário pelo tempo previsto no testamento.</p> <p>c) O testamenteiro pode adquirir bens da herança.</p> <p>d) O testamento de emergência ou o testamento particular excepcional, escrito de próprio punho e assinado pelo testador em risco de vida, sem qualquer testemunha, não poderá ser confirmado a critério do juiz.</p>
OAB	SP			n	<p>Caso sejam nomeados herdeiros: "A" com 1/6 da herança, "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si, se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida entre "B" e "C", na mesma proporção fixada na primeira disposição, isto é, "B" receberá duas partes dela e "C", três. Nesta hipótese, temos:</p> <p>a) substituição <i>compendiosa</i>.</p> <p>b) substituição ordinária singular.</p> <p>c) substituição recíproca.</p> <p>d) substituição ordinária plural.</p>
OAB	SP			n	<p>Se, no testamento, não for estipulado o direito de <i>acrescer</i> entre os herdeiros nomeados, a morte de um destes antes da morte do testador faz com que</p> <p>a) a sua parte da herança seja atribuída igualmente entre os demais herdeiros nomeados.</p> <p>b) o testamento perca a sua validade.</p> <p>c) a sua parte de herança seja destinada aos herdeiros legítimos do testador.</p> <p>d) a sua parte da herança seja destinada aos seus próprios herdeiros, por direito de representação.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP			n	<p>A mulher de Tício, com quem é casada sob o regime da comunhão universal de bens desde 1990, apurou que o seu marido vem dilapidando todas as economias do casal em rinhãs de galo, seu "hobby" preferido. O pai dela, viúvo e detentor de vultoso patrimônio, preocupa-se com o futuro da filha e aconselha-se com um advogado, para saber quais as medidas cabíveis para o resguardo da sua herança que, por sua morte, caberá ao casal. Indique o procedimento correto a ser recomendado pelo causídico.</p> <p>a) Revogação do regime de bens por iniciativa da filha. b) Substituição pelo casal, do regime inicialmente adotado para o da separação de bens. c) Testamento, pelo pai e sogro, prescrevendo a incomunicabilidade dos bens que, por sua falta, couberem à filha. d) Nomeação de procurador idôneo para gerir a herança.</p>
OAB	SP			n	<p>Antônio é divorciado de Maria, com quem teve dois filhos, José e João, hoje maiores e casados. Depois do divórcio e da partilha de bens, Antônio passou a viver maritalmente com Beatriz, com a qual não teve descendentes. Enquanto mantinha união estável com Beatriz, o pai de Antônio faleceu, tornando-se este, então, único herdeiro de vasto patrimônio imobiliário, que acabou por não usufruir em virtude de ter falecido três dias depois de seu pai. Assinale a alternativa correta.</p> <p>a) Os bens de Antônio, havidos antes do falecimento do pai, serão partilhados aos dois filhos do primeiro casamento (José e João) e os havidos por herança de seu pai, serão partilhados à companheira (Beatriz). b) Os bens de Antônio, havidos antes do falecimento do pai, caberão metade à ex-mulher (Maria) e metade aos dois filhos nascidos naquele casamento (José e João), enquanto que os bens havidos por herança do pai, caberão metade à companheira (Beatriz) e metade aos dois filhos (José e João). c) Todos os bens caberão metade à companheira (Beatriz) e metade aos dois filhos (José e João). d) Todos os bens caberão aos dois filhos (José e João).</p>
				n	<p>Todas as afirmações estão corretas, exceto:</p> <p>a) cessa a curadoria dos ausentes pela sucessão provisória; b) cumpre aos herdeiros, emitidos na posse dos bens dos ausentes, prestar caução de os restituir; c) a sucessão provisória converter-se-á em definitiva, quando o ausente contar oitenta anos de idade e houverem decorrido cinco anos das suas últimas notícias; d) incumbe ao curador da herança jacente representar a herança em juízo ou fora dele, sem a assistência do órgão do Ministério Público; e) incumbe ao testamentário propugnar a validade do testamento</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
				n	<p>Julgue os itens abaixo:</p> <p>a) verificando o órgão do Ministério Público que o testamento cerrado teve observadas as suas formalidades legais, emitirá parecer no sentido de que deva ser mandado registrar, arquivar e cumprir.</p> <p>b) nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar, em cada caso, a solução que reputar mais conveniente ou oportuna;</p> <p>c) o órgão do Ministério Público não é citado em procedimentos especiais de jurisdição voluntária;</p> <p>d) é nulo o laudo arbitral, se for proferido fora do prazo;</p> <p>e) é requisito essencial do laudo arbitral o dispositivo.</p>
				n	<p>Coloque v ou F:</p> <p>a) Os embargos de terceiros podem ser opostos, no processo de execução, até cinco dias depois de remição;</p> <p>b) O herdeiro, obrigado à colação, conferirá, por termo nos autos, os bens recebidos, ou, se já os não possuir mais, trazer-lhes-á o valor;</p> <p>c) O incidente de remoção do inventariante correrá em apenso aos autos do inventário;</p> <p>d) O inventariante não será removido, se não prestar, no prazo legal, as derradeiras declarações;</p> <p>e) A sentença, que julgar procedente a ação de usucapião, será transcrita, mediante mandado, no registro de imóveis, satisfeitas as obrigações fiscais.</p>
				n	<p>Assinale, dentre os abaixo, o procedimento que o Juiz não pode determinar de ofício:</p> <p>a) Abertura de inventário;</p> <p>b) Medidas provisórias preliminarmente ao curso do processo;</p> <p>c) Exibição de testamento;</p> <p>d) Arrecadação de bens de herança jacente;</p> <p>e) Arrecadação de bens de ausente.</p>
				n	<p>Assinale com V ou F:</p> <p>a) Ocorre sucessão a título universal quando o herdeiro recebe uma universalidade, por ex., todos os bens do de cujus ou um terço (1/3). Ocorre sucessão do título singular quando o testador deixa bens determinados ao beneficiário, por exemplo, o imóvel "x" ou o veículo "y".</p> <p>b) A herança é divisível mesmo antes de a partilha ser efetuada, na forma da lei.</p> <p>c) Testamenteiro é a pessoa incumbida pelo testador de cumprir suas disposições de última vontade.</p> <p>d) A renúncia da herança só pode ser feita por escritura pública.</p> <p>e) Na sucessão legítima a parte do renunciante acresce à dos outros herdeiros da mesma classe, mas, sendo ele o único dessa classe, a sucessão devolve-se aos herdeiros da classe subsequente.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
				n	<p>Assinale V ou F/:</p> <p>a) Herança jacente é aquela cujos herdeiros não são ainda conhecidos. Herança vacante é que não foi disputada, com êxito, por qualquer herdeiro, e declarada de ninguém.</p> <p>b) Se o herdeiro legítimo matou o de cujus e as pessoas a quem sua exclusão beneficiaria não agem, o Ministério Público nada poderá fazer no aspecto sucessório, e o herdeiro homicida receberá os bens a que tiver direito.</p> <p>c) Herdeiro aparente é o que se apresenta a todos como lido herdeiro. A venda realizada por ele é ineficaz.</p> <p>d) Se todos os descendentes são do mesmo grau, a sucessão se dá por cabeça. Se de diversos graus, se dá por estirpe.</p> <p>e) O cônjuge viúvo, cujo regime era de separação de bens, não tem direito a usufruto da metade dos bens, se o de cujus não tinha descendentes.</p>
				n	<p>Assinale V ou F:</p> <p>a) A, ao fazer seu testamento, era capaz. Posteriormente foi declarado interdito e veio a falecer. Seu testamento é nulo.</p> <p>b) A era incapaz ao elaborar o seu testamento. Entretanto, adquiriu capacidade e veio a falecer. O seu testamento é válido.</p> <p>c) É defeso o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo. Diz-se simultâneo quando os testadores dispõem a favor de terceiros num só ato; recíproco, quando os testadores se instituem um ao outro; e correspectivo, quando o benefício outorgado por um, ao outro, retribui vantagem correspondente.</p> <p>d) O cego só pode testar por testamento público.</p> <p>e) O testador sem herdeiros necessários não pode testar todos os seus bens.</p>
				n	<p>Assinale V ou F:</p> <p>a) A cláusula de inalienabilidade só pode ser constituída mediante doação ou testamento.</p> <p>b) A faz testamento a B de um terreno sem benfeitorias. Antes de falecer A constrói uma casa sobre o terreno e não altera o testamento. Este é nulo.</p> <p>c) Se ocorrer a pré- morte do legatário o testamento não caduca.</p> <p>d) A mulher casada não pode testar em benefício de seu amante.</p> <p>e) Dá-se o fideicomisso quando o testador institui o benefício em favor do fiduciário, sob a condição de após certo tempo ou sua morte a liberalidade ser transmitida a terceiro (fideicomissário).</p>
				n	<p>Assinale V ou F:</p> <p>a) Colação é a conferência do adiamento das legítimas, a fim de igualá-las.</p> <p>b) Sonegados são os bens desviados da partilha. A sonegação se caracteriza quando o inventariante declara inexistirem outros bens a partilhar.</p> <p>c) Codicilos são escritos particulares de última vontade e que dispõem sobre coisas de pequeno valor.</p> <p>d) Um imóvel com hipoteca registrada não pode ser alienado a terceiro, sem a anuência do credor hipotecário.</p> <p>e) As normas que disciplinam o casamento de regra não são de ordem pública ou cogentes.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
				n	<p>Assinale a alternativa correta.</p> <p>a) são considerados herdeiros necessários somente os da classe descendente, que obrigatoriamente receberão pelo menos cinquenta por cento do valor de sua quota-parte da herança.</p> <p>b) o cônjuge sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total.</p> <p>c) o direito de representação hereditária dá-se na linha reta descendente, na linha transversal em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmão deste concorrerem, mas nunca na linha ascendente.</p> <p>d) o cônjuge não poderá ser afastado da sucessão pela via testamentária.</p>
				n	<p>Assinale a alternativa correta</p> <p>a) A herança destinada aos legitimários é imutável, não importando o número de herdeiros, se poucos ou muitos, se todos ou alguns se habilitaram.</p> <p>b) Existindo herdeiro interditado, seu curador poderá requerer partilha amigável, comprovadamente vantajosa, ainda que o testador o proíba.</p> <p>c) Para igualar as legítimas, o ascendente, concorrendo com o cônjuge, deverá colacionar os bens que recebeu em doação, do seu finado filho.</p> <p>d) O contrato de locação, com renovação compulsória garantida pela lei 8245/91, poderá prever sua rescisão de pleno direito, com a decretação da falência.</p> <p>e) Omitida pelo procurador do absolutamente incapaz, o juiz não pode, embora provocado pelo Ministério Público, suprir de ofício, a alegação de prescrição.</p>
				n	<p>Assinale a alternativa correta.</p> <p>a) falecendo João sem deixar descendentes, mas sobrevivendo-lhe a mãe e o avô paterno, entre estes dois, em partes iguais é dividida a herança.</p> <p>b) Maria foi excluída dos bens deixados por seu pai, por indignidade sucessória, mas tem duas irmãs, Silvia de Larissa, e dois filhos, Carlos e José. Neste caso a herança será partilhada em partes iguais entre as irmãs da excluída, Silvia e Larissa.</p> <p>c) Sérgio, com a morte de seu pai, renunciou ao seu quinhão hereditário. Tendo três filhos menores, três irmãos vivos, dois irmãos pré-mortos e havendo estes últimos deixado, cada qual, duas filhas, a herança será dividida entre seus irmãos vivos e as filhas dos pré-mortos na seguinte proporção: 20% para cada irmão vivo e 10% para cada filha dos irmãos pré-mortos.</p> <p>d) o herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua metade disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima.</p>
				n	<p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) a sucessão por estirpe dá-se na linha reta descendente, excepcionalmente na linha transversal, mas nunca na linha reta ascendente.</p> <p>b) o direito de representação dá-se exclusivamente na linha colateral.</p> <p>c) ao renunciante à herança de uma pessoa não se permite representá-la na sucessão de outra.</p> <p>d) os efeitos da exclusão, tanto quanto os da renúncia à herança, são pessoais.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
				n	As frases espelham verdades, salvo: a) a obrigação do fiador passa-lhe aos herdeiros, mas a responsabilidade da fiança limita-se ao tempo decorrido até a morte dele, não podendo ultrapassar as forças da herança. b) há direito de sucessão entre o adotado e os parentes do adotante. c) no concurso de credores, os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais. d) a emissão de duplicadas pelo credor de materiais para a edificação de prédio urbano não lhe (dele) exclui o privilégio especial sobre ele (prédio urbano). e) havendo desigualdade em grau e diversidade de linha, a herança partir-se-á entre duas linhas, meio a meio.
Direito				Ordem de vocação	De acordo ao Código Civil. Assinale a alternativa correta: a) Existe concorrência sucessória do cônjuge somente com os descendentes. b) Existe concorrência sucessória do cônjuge somente com os ascendentes. c) Existe concorrência sucessória do cônjuge somente com os ascendentes e descendentes. d) Existe concorrência sucessória do cônjuge com os ascendentes, descendentes e colaterais.
Direito				Ordem de vocação	Assinale a alternativa correta: a) Na ausência de descendentes e ascendentes herda o cônjuge sobrevivente, excluindo os colaterais. b) Na ausência de descendentes e ascendentes herda o cônjuge sobrevivente em concorrência com os colaterais. c) Na ausência de descendentes e ascendentes herdaram os colaterais, excluindo o cônjuge sobrevivente. d) Nenhuma das alternativas.
Magistratura	MG	2005		partilha	A partilha amigável celebrada entre partes capazes, mediante a prova da quitação dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, será homologada pelo juiz: a) de plano. b) após a audiência do fisco. c) após a juntada das certidões negativas. d) após a audiência do fisco e, eventualmente, do Ministério Público.
Direito				partilha	Quanto a partilha, é correto afirmar que: a) Somente o herdeiro pode requerer a partilha. b) O testador pode requerer a partilha. c) É defeso ao testador requerer a partilha. d) Nenhuma das alternativas.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	MG	2007	abr	personalidade de civil	<p>Numa maternidade, foram realizados os partos de três crianças: Antônio, João e Pedro. Antônio nasceu com um grave problema cardíaco e faleceu depois de dois dias. João nasceu morto, em virtude de complicações ocorridas ainda no ventre materno. E, felizmente, Pedro nasceu saudável. Sobre as três situações descritas assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) Todos adquiriram personalidade civil, desde a concepção. b) Apenas Antônio e Pedro adquiriram personalidade civil. c) Antônio não adquiriu personalidade civil, pois em razão do grave problema cardíaco sua vida era inviável. d) Todos adquiriram personalidade civil, só que João perdeu-a quando morreu.</p>
Direitonet				pessoa interposta	<p>Serão presumidas como pessoas interpostas:</p> <p>a) os ascendentes, descendentes e o cônjuge ou companheiro do não legitimado a suceder. b) os ascendentes, os descendentes, o cônjuge ou companheiro e os irmãos do não legitimado a suceder. c) os ascendentes, os descendentes, o cônjuge ou companheiro, e os irmãos e colaterais até o 4º grau do não legitimado a suceder. d) os ascendentes e os descendentes do não legitimado a suceder.</p>
MPF	Federal			premissões	<p>Rodrigo e Patrícia, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sofreram acidente fatal de automóvel, vindo Patrícia a falecer no local e Rodrigo, horas mais tarde, no hospital. O casal não tinha filhos e tampouco ascendentes vivos. Os parentes mais próximos dos falecidos são Oscar, irmão de Patrícia, e Natália, irmã de Rodrigo, e, ainda, Frederico e Felipe, filhos de Carlos, irmão já falecido de Rodrigo. Diante dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.</p> <p>I - Todo o patrimônio pertencente a Patrícia cabe, por sucessão, a Oscar. II - Felipe e Frederico, filhos de Carlos, nada herdarão, pois, na linha colateral, não se herda por estirpe. III - Oscar nada herdará, pois Rodrigo sucedeu a Patrícia. IV - Ao final, caberá a Natália 50% dos bens deixados por Rodrigo, e a Felipe e Frederico, para cada um, 25%, totalizando a quota que caberia a Carlos.</p> <p>Estão certos apenas os itens</p> <p>A) I e II. B) I e III. C) II e IV. D) III e IV.</p>
Magistratura	DF	99	mai	prescrição	<p>Assinale a alternativa correta:</p> <p>a) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu herdeiro a título universal ou singular, ainda que absolutamente incapaz; b) nos termos do que prescreve o art. 161, CC, poderá a parte renunciar a prescrição, desde que o faça expressamente e sem prejuízo de terceiro; c) a prescrição pode ser alegada em qualquer instância. Contudo, se a parte não aventou tal questão na instância de origem, não poderá fazê-lo na fase recursal, eis que tal análise já se insere dentre as atribuições inerentes à Corte que apreciará o recurso, a qual assim procederá de ofício; d) a prescrição do acessório não atinge o principal.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Magistratura	MG	2006		renúncia	<p>Conforme disposto no Código Civil, quando o herdeiro prejudicar o seu credor, renunciando à herança, é CORRETO afirmar que o credor poderá:</p> <p>a) habilitar seu crédito a qualquer tempo, a partir do conhecimento da renúncia;</p> <p>b) exigir dos demais herdeiros, quando houver, o pagamento da dívida, na proporção do que lhes couber na herança;</p> <p>c) aceitar a herança em nome do renunciante, mediante autorização judicial;</p> <p>d) exigir do espólio o pagamento da dívida do herdeiro renunciante.</p>
Magistratura	MG	2005		renúncia	<p>O pai doou aos filhos seus imóveis, reservando usufruto, mas, depois, renunciou-o relativamente a um deles, que fora doado, em sua integralidade, a um dos filhos. Os outros filhos pleitearam a nulidade da renúncia em juízo. Assinale a decisão correta que o Juiz deve tomar.</p> <p>a) Deve julgar válida e eficaz a renúncia, já que se trata de simples ato de disponibilidade de direito e não de qualquer benefício imediato a quem dela se aproveita.</p> <p>b) Deve julgar procedente o pedido, pois, tratando-se de renúncia de direito real a favor de um dos filhos, para a validade do ato, os outros devem concordar.</p> <p>c) Deve julgar que a renúncia foi inválida, porque não se provou benefício para os outros herdeiros.</p> <p>d) Deve julgar válida a renúncia, mas determinar que ela se estenda aos demais usufrutos instituídos.</p> <p>e) Deve julgar válida a renúncia, mas determinar indenização aos demais herdeiros.</p>
MP	SP	97	79º	renúncia	<p>1) Prejudicando o herdeiro seus credores, com a renúncia à herança:</p> <p>a) não podem os credores prejudicados aceitá-la em nome do renunciante porque a renúncia é irrevogável;</p> <p>b) não podem os credores prejudicados aceitá-la em nome do renunciante porque a única pessoa legitimada a infirmar a renúncia feita pelo herdeiro é o seu cônjuge;</p> <p>c) não podem os credores prejudicados aceitá-la em nome do renunciante porque a aceitação ou renúncia da herança é ato personalíssimo do herdeiro;</p> <p>d) podem os credores prejudicados aceitá-la em nome do renunciante, dispensada qualquer autorização judicial;</p> <p>e) podem os credores prejudicados, mediante autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASSUNTO	QUESTÃO
Direitonet				renúncia	<p>Em caso de renúncia de herdeiro:</p> <p>a) Desde que seja o único herdeiro legítimo de sua classe, ou, se houverem outros herdeiros, estes também renunciarem, poderão vir à sucessão os filhos destes a por direito próprio (por cabeça).</p> <p>b) Não haverá possibilidade alguma de seus descendentes sucederem, devendo o patrimônio ser declarado vacante e incorporado ao Estado.</p> <p>c) Ficam seus descendentes possibilitados a exercer direito de representação, mesmo que hajam outros herdeiros legítimos da mesma classe daquele que renunciou.</p> <p>d) Restará jacente a herança, caso seja o único herdeiro legítimo de sua classe, não havendo possibilidade de seus descendentes o representarem, pois apenas se admite a representação em caso de falecimento anterior à abertura da sucessão.</p>
				renúncia	<p>Conforme disposto no Código Civil, quando o herdeiro prejudicar o seu credor, renunciando à herança, é CORRETO afirmar que o credor poderá:</p> <p>a) habilitar seu crédito a qualquer tempo, a partir do conhecimento da renúncia;</p> <p>b) exigir dos demais herdeiros, quando houver, o pagamento da dívida, na proporção do que lhes couber na herança;</p> <p>c) aceitar a herança em nome do renunciante, mediante autorização judicial;</p> <p>d) exigir do espólio o pagamento da dívida do herdeiro renunciante.</p>
OAB	MG	2000	mar	representação	<p>De acordo com o Código Civil Brasileiro, dá-se o direito de representação:</p> <p>a) quando o pai, ou tutor, autoriza o casamento do menor de 14 anos em situação de risco;</p> <p>b) quando o empresário teatral (pessoa física ou jurídica) adquire dos herdeiros os direitos integrais sobre peça escrita por autor falecido;</p> <p>c) quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivesse;</p> <p>d) quando o Ministério Público oferece denúncia baseada em representação do ofendido ou, se este for menor, de seu representante legal.</p>
OAB	MG	2000	abr	representação	<p>De acordo com o Código Civil Brasileiro, dá-se o direito de representação:</p> <p>a) quando o pai, ou tutor, autoriza o casamento do menor de 14 anos em situação de risco;</p> <p>b) quando o empresário teatral (pessoa física ou jurídica) adquire dos herdeiros os direitos integrais sobre peça escrita por autor falecido;</p> <p>c) quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivesse;</p> <p>d) quando o Ministério Público oferece denúncia baseada em representação do ofendido ou, se este for menor, de seu representante legal.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASSUNTO	QUESTÃO
OAB	SP		116º	representação	Configura-se o instituto da representação, em direito das sucessões, quando: a) Por testamento ou disposição de última vontade, parentes do falecido são chamados a suceder herdeiros não necessários. b) Por testamento ou disposição de última vontade, o falecido nomeia representantes para os herdeiros menores, confiando-lhes, enquanto durar a menoridade, a guarda e administração dos bens herdados. c) A lei determinar que certos herdeiros, menores ou incapazes, sejam representados, nos atos da vida civil, por tutores, curadores ou por aqueles que detenham o pátrio poder como decorrência de determinação judicial. d) A lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivesse.
Direitonet				representação	Em que hipótese, das abaixo elencadas, é cabível o direito de representação? a) Quando, não sobrevivendo o cônjuge, ou companheiro, nem parente algum sucessível, ou tendo eles renunciado à herança, resta apenas colaterais de quinto grau, devendo estes se habilitarem na herança através de representação. b) Quando, não havendo sucessores na linha descendente, abre-se possibilidade a que ascendente do falecido seja chamado a suceder em todos os direitos, em que os descendentes sucederiam, se vivos fossem. c) Verifica-se o direito de representação apenas concernente ao cônjuge supérstite, quando não houver mais herdeiros necessários a suceder. d) Todas as alternativas estão erradas.
Direitonet				representação	O direito de representação é dado: a) para a linha reta descendente, mas nunca ascendente do de cujus. b) para a linha reta ascendente, mas nunca descendente do de cujus. c) para a linha reta descendente e ascendente do de cujus. d) Nenhuma das alternativas.
MP	RR			representação	O casal Ada e Jonas possuía três filhos homens; entretanto, o caçula, Fábio, faleceu, deixando uma filha, Fabiana. Posteriormente, Ada morreu, deixando bens. Nessa situação hipotética e com base na legislação aplicável, em relação aos bens deixados por Ada, a) A Fabiana tem direito a herdar, juntamente com os tios, por direito de representação. b) cada um dos tios receberá metade dos bens deixados. c) Fabiana teria direito a herdar, caso Fábio não tivesse morrido. d) Fabiana tem direito a herdar, mas seu quinhão hereditário será menor que os de seus tios.
OAB	SP			representação	Sobre o direito de representação na sucessão legítima, é INCORRETO afirmar: a) na linha ascendente nunca há direito de representação. b) se uma herdeira for declarada indigna, sua filha não herda no seu lugar. c) na linha transversal só há direito de representação em favor do sobrinho do falecido. d) na linha descendente sempre há direito de representação.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP			representação	Configura-se o instituto da representação, em direito das sucessões, quando: a) por testamento ou disposição de última vontade, parentes do falecido são chamados a suceder herdeiros não necessários. b) por testamento ou disposição de última vontade, o falecido nomeia representantes para os herdeiros menores, confiando-lhes, enquanto durar a menoridade, a guarda e administração dos bens herdados. c) a lei determinar que certos herdeiros, menores ou incapazes, sejam representados, nos atos da vida civil, por tutores, curadores ou por aqueles que detenham o pátrio poder como decorrência de determinação judicial. d) a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivesse.
				representação	De regra em todos os atos se admite a representação. Mas há atos em que é proibida a figura do procurador, dentre os quais: a) o casamento; b) a venda de bens imóveis; c) o testamento; d) todas as alternativas anteriores estão corretas; e) n. d. a.
				representação	O direito de representação no Direito das Sucessões é a) o conferido ao inventariante como representante judicial e extrajudicial do espólio. b) o conferido pelo parente mais próximo a um parente mais distante para representá-lo na sucessão. c) o exercido pelo marido em nome da mulher herdeira. d) a substituição do herdeiro pré-morto, na sucessão em geral, pelos parentes mais próximos nas linhas ascendente e descendente. e) a substituição do herdeiro pré-morto, ausente ou incapaz de suceder na ocasião da abertura da sucessão legítima, pelos parentes mais próximos na linha descendente e na colateral pelos filhos de irmãos do falecido.
MP	MG		35º	saisine	Por força do princípio da saisine, acolhido pelo nosso Código Civil: a) desde a abertura da sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros; b) a posse da herança transmite-se aos herdeiros e legatários, desde a abertura da sucessão; c) o domínio e a posse da herança transmitem-se aos herdeiros capazes e legatários, desde a abertura da sucessão; d) o domínio e a posse da herança transmitem-se somente após o registro do formal de partilha no Registro de Imóveis; e) apenas o domínio da herança transmite-se aos herdeiros, desde a abertura da sucessão.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Direitonet				saisine	<p>O princípio da Saisine:</p> <p>a) dita que a herança transmite-se, desde aberta a sucessão, aos herdeiros legítimos e testamentários.</p> <p>b) institui a proibição à cessão de direitos sobre herança de pessoa viva, é também chamado de "Pacta Corvina", ou pacto dos corvos, por ser considerado ato imoral.</p> <p>c) dispõe acerca da possibilidade do nascituro em legitimar-se a suceder, desde que já concebido no momento da abertura da sucessão.</p> <p>d) é regra constante da ordem de vocação hereditária, novidade inserida no Novo Código Civil, fundamentando-se no direito francês, possibilitando ao cônjuge supérstite que concorra com os descendentes e ascendentes na sucessão legítima.</p>
Direitonet				saisine	<p>No que consiste o princípio de "saisine"?</p> <p>a) Consiste na transmissão direta do próprio defunto ao sucessor do domínio e da posse da herança.</p> <p>b) Consiste na transmissão indireta do próprio defunto ao sucessor do domínio e da posse da herança.</p> <p>c) Consiste na disposição testamentária em que o testador deixa coisa especificada.</p> <p>d) Nenhuma das alternativas.</p>
MP	MG	2000	out	sobrepartilha	<p>No processo de inventário-partilha, a sobrepartilha diz respeito:</p> <p>a) à nova partilha, quando da anulação da primeira;</p> <p>b) à partilha dos bens relativos a herdeiros supervenientes;</p> <p>c) aos legados;</p> <p>d) a bens ilíquidos, incertos e remotos, a princípio relegados a segundo plano;</p> <p>e) apenas aos bens sonegados na primeira partilha.</p>
Magistratura	SE	2004	mar	Sucessão	<p>José, casado com Maria pelo regime de comunhão parcial de bens, faleceu ab intestato, deixando os seguintes descendentes: Joaquim e Inácio (filhos), Miriam e João (netos, filhos de Francisco, filho pré morto do de cujus). Deixou ainda, os seguintes bens: uma casa adquirida quando já era casado com Maria, que servia de residência à família, e uma propriedade rural de 50 alqueires. A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.</p> <p>a) Joaquim e Inácio herdarão em nome próprio e por cabeça, e Miriam e João, por representação e por stirpe.</p> <p>b) Será assegurado a Maria o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	TO	2004	fev	Sucessão	<p>Gastão e Leonora, casados entre si, no regime da comunhão parcial de bens, faleceram simultaneamente em um acidente, não deixando testamento. Gastão possuía dois filhos de uma união já desfeita, deixando também os pais. Leonora não deixou ascendentes nem descendentes, mas deixou como colaterais dois tios. O casal possuía um apartamento, dois carros e uma propriedade rural. Gastão não deixou bens particulares, enquanto Leonora deixou uma casa residencial. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.</p> <p>a) Os bens adquiridos na constância do casamento caberão com exclusividade aos filhos de Gastão.</p> <p>b) O bem particular de Leonora deverá ser partilhado entre os filhos de Gastão e seus parentes colaterais.</p> <p>c) Somente os pais e os filhos de Gastão terão direito à herança, pois Gastão transmitiu aos mesmos o seu direito hereditário nos bens da esposa.</p> <p>d) Os parentes colaterais de Leonora receberão a casa residencial, que será repartida em duas partes iguais.</p> <p>e) Todos os bens descritos acima serão recebidos pelos filhos de Gastão, em partes iguais.</p>
MP	CE	2004	fev	Sucessão	<p>Em relação ao direito das sucessões, assinale a opção correta.</p> <p>a) Na hipótese de morrer o avô e renunciando à sua herança seu único filho, e este tiver descendentes, os netos do de cujus não receberão a herança que caberia ao renunciante invocando o direito de representação, pois os bens do espólio passarão à viúva-meeira na qualidade de herdeira na classe subsequente.</p> <p>b) As pessoas jurídicas têm capacidade sucessória passiva para serem aquinhoadas por testamento, desde que existam no momento da morte do testador.</p> <p>c) Caso dois netos representem o pai, já morto, na sucessão do avô, na hipótese de um dos netos renunciar à herança, a parte renunciada será acrescida à parte do outro.</p> <p>d) Se uma pessoa casada sob o regime da comunhão parcial e bens falecer ad intestato, deixando cônjuge, avô paterno e dois avós maternos, e a herança for constituída de bens adquiridos na constância do casamento, a sucessão será feita aquinhoando-se 50% ao cônjuge supérstite, e a outra metade, em partes iguais, aos ascendentes do falecido.</p> <p>e) Na ordem de sucessão hereditária, o cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime adotado no casamento, concorre com os descendentes do falecido.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	DF	2004	fev	Sucessão	<p>Com relação ao direito das sucessões, julgue os itens que se seguem</p> <p>a) Ocorrendo a morte de um indivíduo, a aquisição de seu patrimônio pelos herdeiros se opera no exato momento da morte do de cujus, passando aqueles a exercer, por direito próprio, a posse e o domínio sobre os bens deixados em regime de condomínio universal com os demais sucessores até que ocorra a partilha.</p> <p>b) Se um dos co-herdeiros reclamar a universalidade da herança a um terceiro que indevidamente a possua, este pode, legitimamente, opor-lhe em exceção, o caráter parcial do direito daquele nos bens da sucessão.</p> <p>c) Se a ação de investigação de paternidade for julgada procedente cinco anos após o encerramento do processo de inventário e partilha dos bens deixados pelo genitor do investigado, não será mais admissível pleitear a anulação da partilha, em virtude do preceito constitucional que protege o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.</p> <p>d) A cessão de direitos, a título singular, sobre imóvel certo e determinado, antes de ajuizada a ação de inventário ou arrolamento, poderá ser feita pelo conjunto de todos os herdeiros ou por qualquer co-herdeiro isoladamente.</p>
OAB	MG	2004	AGO	Sucessão	<p>Tratando-se de Direito das Sucessões, marque a opção INCORRETA.</p> <p>a) A companheira, quando concorrer com filhos comuns, tem direito à metade do que couber a cada um deles.</p> <p>b) O direito à sucessão aberta pode ser objeto de cessão por escritura pública, observando o direito de preferência do co-herdeiro.</p> <p>c) O testamento público, lavrado no cartório de notas, pode ser revogado por testamento marítimo.</p> <p>d) Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.</p>
AGU	Federal	2004		Sucessão	<p>Com relação ao direito das sucessões, julgue os itens que se seguem.</p> <p>ITEM 1- Ocorrendo a morte de um indivíduo, a aquisição de seu patrimônio pelos herdeiros se opera no exato momento da morte do de cujus, passando aqueles a exercer, por direito próprio, a posse e o domínio sobre os bens deixados, em regime de condomínio universal com os demais sucessores, até que ocorra a partilha.</p> <p>ITEM 2- Se um dos co-herdeiros reclamar a universalidade da herança a um terceiro que indevidamente a possua, este pode, legitimamente, opor-lhe, em exceção, o caráter parcial do direito daquele nos bens da sucessão.</p> <p>ITEM 3- Se ação de investigação de paternidade for julgada procedente cinco anos após o encerramento do processo de inventário e partilha dos bens deixados pelo genitor do investigado, não será mais admissível pleitear a anulação da partilha, em virtude do preceito constitucional que protege o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.</p> <p>ITEM 4- A cessão de direitos, a título singular, sobre imóvel certo e determinado, antes de ajuizada a ação de inventário ou arrolamento, poderá ser feita pelo conjunto de todos os herdeiros ou por qualquer co-herdeiro isoladamente.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
DP	AL	2003	fev	Sucessão	<p>Quanto ao direito sucessório, julgue os itens abaixo.</p> <p>a) Com a morte, os bens do falecido transmitem-se imediatamente aos seus herdeiros, extinguindo-se os direitos personalíssimos e transmitindo-se os demais aos herdeiros e legatários.</p> <p>b) Na hipótese de comoriência dos cônjuges, sem descendentes, o patrimônio de cada um dos comorientes deverá ser recebido pelos seus respectivos herdeiros.</p> <p>c) Na hipótese de morrer o avô e renunciando à sua sucessão um dos seus três filhos, os netos do de cujus e filhos do renunciante receberão a herança que a este caberia invocando o direito de representação.</p> <p>d) A partilha decorrente de inventário por morte não pode ser amigável se algum dos herdeiros for incapaz.</p>
OAB	SP	2003	ago	Sucessão	<p>Se forem nomeados herdeiros "A" com 1/6 da herança, "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si. Se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida:</p> <p>a) Entre "B" e "C", recebendo cada um metade de 1/6 de "A".</p> <p>b) Entre "B" e "C", recebendo "B" uma parcela de 1/6 e "C", duas parcelas de 1/6.</p> <p>c) Em partes iguais aos seus substitutos "A" e "B".</p> <p>d) Entre "B" e "C" na mesma proporção fixada pelo testador, logo "B" receberá duas partes de 1/6 de "A" e "C", três partes de 1/6 de "A".</p>
Depol	MG	2003		Sucessão	<p>Casado pelo regime da separação total (convencional) de bens, o <i>de cujus</i> deixou 3 netos, filhos de seus filhos pré-mortos (um do primeiro filho e dois do segundo filho), deixou viúva, deixou seu pai e um avô materno. de acordo com o Código Civil em vigor e com a situação hipotética apresentada, quem herda e como o seu patrimônio?</p> <p>a) Somente os netos, por direito de representação.</p> <p>b) Somente os netos, por direito próprio.</p> <p>c) Os netos eo pai em partes iguais.</p> <p>d) Os netos e a viúva, 75% para os três netose 25% para a viúva.</p> <p>e) Os netos e a viúva, 50% para os três e 50% para a viúva.</p>
Magistratura	MG	2003		Sucessão	<p>Pedro e Maria viviam em união estável. Pedro faleceu em 1º de janeiro de 2003, deixando dois filhos com uns havidos de sua convivência com Maria e um filho de um relacionamento efêmero. Todos os bens deixados por Pedro foram adquiridos onerosamente e pelo esforço comum, durante o período da união estável. Além da meação, Maria na sucessão de Pedro terá direito:</p> <p>a) ao usufruto da quarta parte dos bens do de cujus e ao direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, enquanto viver e não constituir nova união.</p> <p>b) a uma quota parte equivalente à que por lei for atribuída aos filhos.</p> <p>c) a uma quota parte equivalente à metade do que couber a cada um dos filhos.</p> <p>d) ao usufruto da metade dos bens do de cujus, enquanto não constituir nova união.</p> <p>e) a uma quota parte equivalente à que por lei for atribuída aos filhos, além do direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado á residência da família, enquanto viver e não constituir nova união.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MPA		2002	out	Sucessão	<p>Rodrigo e Patrícia, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sofreram acidente fatal de automóvel, vindo Patrícia a falecer no local e Rodrigo, horas mais tarde, no hospital. O casal não tinha filhos e tampouco ascendentes vivos. Os parentes mais próximos dos falecidos são Oscar, irmão de Patrícia e Natália, irmã de Rodrigo, e, ainda, Frederico e Felipe, filhos de Carlos, irmão já falecido de Rodrigo. Diante dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.</p> <p>I. Todo o patrimônio pertencente a Patrícia cabe, por sucessão, a Oscar.</p> <p>II. Felipe e Frederico, filhos de Carlos, nada herdarão, pois, na linha colateral, não se herda por estirpe.</p> <p>III. Oscar nada herdará, pois Rodrigo sucedeu a Patrícia.</p> <p>IV. Ao final, caberá a Natália 50% dos bens deixados por Rodrigo, e a Felipe e Frederico, para cada um, 25%, totalizando a quota que caberia a Carlos.</p> <p>Estão certos apenas os itens</p> <p>a) I e II b) I e III c) II e IV d) III e IV</p>
OAB	SP	2002	dez	Sucessão	<p>Caso sejam nomeados herdeiros: "A" com 1/6 da herança. "B" com 2/6 e "C" com 3/6, sendo substitutos entre si, se "A" não aceitar a herança, sua quota será dividida entre "B" e "C", na mesma proporção fixada na primeira disposição, isto é, "B" receberá duas partes dela e "C", três. Nesta hipótese, temos:</p> <p>a) Substituição compendiosa. b) Substituição ordinária singular. c) Substituição recíproca. d) Substituição ordinária plural.</p>
OAB	SP	2002	ago	Sucessão	<p>Carlos faleceu e deixou dois herdeiros, João e José, maiores e capazes, aquinhoados em partes iguais. O monte mor é constituído por apenas um lote de terreno urbano, sobre o qual está construída uma casa. Não havendo acordo entre os herdeiros:</p> <p>a) O imóvel será vendido em hasta pública e o produto igualmente dividido entre eles. b) O imóvel será objeto de divisão, cabendo uma parte para cada um deles. c) Serão eles considerados condôminos, em partes iguais. d) Será nomeado administrador judicial, a quem competirá dividir os frutos, igualmente.</p>
Magistratura	SP	2002		Sucessão	<p>Assinale a alternativa incorreta a respeito do Direito das Sucessões:</p> <p>a) o direito à sucessão aberta pode ser objeto de cessão por escritura pública, mas o co-herdeiro não poderá ceder a sua quota hereditária pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto. b) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. c) Na sucessão testamentária, não podem ser chamadas a suceder as pessoas jurídicas d) Em circunstâncias excepcionais declaradas na cédula, o testamento particular do próprio punho e assinado pelo testador, sem testemunhas, poderá ser confirmado, a critério do juiz.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	TO	2001	jan	Sucessão	<p>A sucessão mortis causa tem na morte do autor da herança seu fato fundamental. Assim temos que:</p> <p>a) a transmissão da herança ocorre, sem solução de continuidade e, independente de qualquer ato, no momento da morte do de cujus pelo que correto se afigura a afirmação de que, o nosso ordenamento jurídico não agasalha a indefinição subjetiva do patrimônio hereditário;</p> <p>b) até a partilha subsiste a autonomia do patrimônio hereditário, conservando-se como um todo unitário e autônomo, sendo que, mesmo quando se juntem, num só feito, dois inventários, como no caso de falecimento de marido e mulher, deixando os mesmos sucessores descendentes, permanece a autonomia patrimonial relativamente a cada complexo de bens;</p> <p>c) não obstante enquadrarem-se na categoria dos direitos personalíssimos, os direitos do autor relativos a utilização, publicação e reprodução de suas obras são transmissíveis aos herdeiros;</p> <p>d) todo herdeiro necessário é herdeiro legítimo, o mesmo não sucedendo com a recíproca;</p> <p>e) o direito brasileiro tutela a aceitação e renúncia parcial da herança.</p>
OAB	MG	2000	ago	Sucessão	<p>Considere as seguintes proposições acerca do direito das sucessões:</p> <p>I. até o advento da CF/88, os filhos ilegítimos, na partilha dos bens de seus pais, tinham direito à metade do que tocasse aos filhos legítimos, legitimados e naturais reconhecidos.</p> <p>II. o direito de representação fica excluído, na linha reta descendente, diante da renúncia do representado ou da declaração de indignidade;</p> <p>III. somente os descendentes do de cujus têm o dever de trazer à colação as doações recebidas em vida de ascendente.</p> <p>a) apenas a proposição I está correta;</p> <p>b) as proposições I e II estão corretas;</p> <p>c) apenas a proposição III está incorreta;</p> <p>d) apenas a proposição III está correta</p>
Magistratura	SP	98	171º	Sucessão	<p>Num acidente automobilístico, morre o casal João e Maria. Eles não possuem descendentes nem ascendentes vivos. João tinha como parente vivo apenas um tio e Maria, apenas uma filha viva de uma prima falecida. É correto dizer que:</p> <p>a) somente no caso de Maria ter morrido antes de João, a filha viva da prima falecida de Maria seria a única herdeira;</p> <p>b) a filha viva da prima falecida de Maria será beneficiada se João tiver falecido primeiro;</p> <p>c) se ocorreu a preterição de Maria, o tio de João receberá a herança;</p> <p>d) no caso de comoriência, a herança de João beneficia seu tio e a herança de Maria caberá à filha viva de sua falecida prima.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
Magistratura	SP	97	168º	Sucessão	<p>O autor de uma herança faleceu no estado de viúvo, deixando herança de R\$ 1.000.000,00 e dois filhos, Tício e Caio; ao primeiro doara em vida R\$ 200.000,00 e, ao segundo, R\$ 100.000,00. Por testamento nomeou Benício, que não era seu parente, herdeiro, a quem destinou a totalidade da parte da herança disponível. As dívidas do de cujus, incluídas as despesas de funeral, somaram R\$ 100.000,00. Feita a partilha, couberam a Tício e Caio, respectivamente:</p> <p>a) R\$ 150.000,00 e R\$ 250.000,00; b) R\$ 75.000,00 e R\$ 150.000,00; c) R\$ 25.000,00 e R\$ 125.000,00; d) R\$ 100.000,00 e R\$ 200.000,00.</p>
MP	MG	93	fev	Sucessão	<p>Assinale a opção correta:</p> <p>a) o testador pode dispor livremente da totalidade de seus bens, sem qualquer restrição, mesmo tendo herdeiros necessários; b) havendo herdeiros em linha reta, descendentes ou ascendentes, torna-se juridicamente irrelevante observar-se a legítima e a porção disponível, em relação aos bens do testador; c) sendo o testador casado pelo regime da comunhão universal, para o cálculo da legítima e da parte disponível, leva-se em conta apenas a meação que lhe cabe; d) no direito brasileiro, a porção disponível é oscilante, variando de um quarto até três quartos da herança; e) nenhuma opção está correta.</p>
OAB	RJ		29º	sucessão	<p>Maria Braz da Silva, casada pelo Regime da Comunhão Universal de Bens com Eduardo da Silva, morreu em 17 de novembro de 2005, deixando considerável patrimônio em bens imóveis e obras de arte. Maria Braz da Silva tem uma neta, Júlia, com três anos de idade, filha de seu filho, Lucas, pré-morto. Quando da abertura do Processo de Inventário dos bens por ela deixados, foi apresentado um Testamento Público datado de 10 de março de 2003, em que é apontada como sua sucessora, Ana, sua afilhada, para quem dispôs 30% de sua parte disponível. Eduardo da Silva contestou tal disposição testamentária e atravessou uma petição onde afirma ser herdeiro necessário de sua esposa, segundo a lei civil brasileira vigente.</p> <p>Análise e responda:</p> <p>a. Júlia e Eduardo são herdeiros necessários de Maria; b. Eduardo é meeiro de Maria e Júlia e Eduardo são herdeiros necessários; c. Eduardo não tem qualquer direito aos bens deixados por Maria ? nem meação, nem herança; d. Eduardo é meeiro de Maria.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP		125º	sucessão	<p>Segundo o disposto no artigo 1.784 do Código Civil, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Até o momento da partilha, os bens do falecido são considerados imóveis,</p> <p>(A) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de fato, inalienáveis e em condomínio.</p> <p>(B) divisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.</p> <p>(C) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, alienáveis e em condomínio.</p> <p>(D) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.</p>
OAB	SP		116º	Sucessão	<p>Antônio é divorciado de Maria, com quem teve dois filhos, José e João, hoje maiores e casados. Depois do divórcio e da partilha de bens, Antônio passou a viver maritalmente com Beatriz, com a qual não teve descendentes. Enquanto mantinha união estável com Beatriz, o pai de Antônio faleceu, tornando-se este, então, único herdeiro de vasto patrimônio imobiliário, que acabou por não usufruir em virtude de ter falecido três dias depois de seu pai. Assinale a correta:</p> <p>a) Os bens de Antônio, havidos antes do falecimento do pai, serão partilhados aos dois filhos do primeiro casamento (José e João) e os havidos por herança de seu pai, serão partilhados à companheira (Beatriz) .</p> <p>b) Os bens de Antônio, havidos antes do falecimento do pai, caberão metade à ex-mulher (Maria) e metade aos dois filhos nascidos naquele casamento (José e João) , enquanto que os bens havidos por herança do pai, caberão metade à companheira (Beatriz) e metade aos dois filhos (José e João) .</p> <p>c) Todos os bens caberão metade à companheira (Beatriz) e metade aos dois filhos (José e João) .</p> <p>d) Todos os bens caberão aos dois filhos (José e João) .</p>
Direitonet				sucessão	<p>Assinale a assertiva FALSA:</p> <p>a) Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas e as já concebidas no momento da abertura da sucessão.</p> <p>b) Somente a sucessão aberta poderá ser alvo de cessão.</p> <p>c) Embora excluído da sucessão, ofendido poderá perdoar o indigno, devendo fazê-lo expressamente, reabilitando-o em testamento, ou outro ato autêntico.</p> <p>d) Embora solenes, os atos de aceitação e renúncia podem ser revogados, desde que comprovada manifesta ilegalidade ou ausência dos pressupostos formais do ato.</p>
Direitonet				sucessão	<p>Assinale a alternativa FALSA:</p> <p>a) Para excluir da sucessão os herdeiros colaterais, bastará que o testador disponha de seu patrimônio sem os contemplar.</p> <p>b) O herdeiro necessário a quem o testador deixar sua parte disponível, ou algum legado, estará incorrendo em adiantamento da legítima, devendo tais bens serem trazidos de volta à colação.</p> <p>c) Mediante autorização judicial, e havendo justa causa, poderão os bens gravados serem alienados, devendo, entretanto, converter-se em outros bens o produto conseguido, os quais ficarão sub-rogados nos ônus dos primeiros.</p> <p>d) É proibido ao testador determinar a conversão dos bens da legítima em outros de espécie diversa.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Direitonet				sucessão	Caio, viúvo, tinha dois filhos. Quando veio a falecer, deixou testamento atribuindo 80% da sua herança a seu amigo José. Aberta a sucessão, qual a porcentagem que cada um dos seus filhos receberá? a) 10% b) 25% c) 50% d) Nenhuma das alternativas.
MP	RO			Sucessão	Paulo e Maria viveram casados por mais de 30 anos. Cessada a vida em comum, pela morte de um deles, é incorreto afirmar que: a) o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do falecido, se este deixou filhos, caso o regime de bens fosse o da comunhão parcial; b) o sobrevivente pode ser contemplado, por testamento, com a metade disponível dos bens do falecido, qualquer que seja o regime de bens. c) o sobrevivente nunca será herdeiro do falecido, caso o regime de bens seja o da separação total; d) o sobrevivente terá direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da metade dos bens do falecido, se este não deixou filhos, mas deixou ascendentes, caso o regime de bens fosse o da separação total;
MP	MS			Sucessão	Assinale a alternativa CORRETA: a) falecendo João sem deixar descendentes, mas sobrevivendo-lhe a mãe e o avô paterno, entre estes dois, em partes iguais é dividida a herança; b) Maria foi excluída dos bens deixados por seu pai, por indignidade sucessória, mas tem duas irmãs, Silvia e Larissa, e dois filhos, Carlos e José. Neste caso a herança será partilhada em partes iguais entre as irmãs da excluída, Silvia e Larissa; c) Sérgio, com a morte de seu pai, renunciou ao seu quinhão hereditário. Tendo três filhos menores, três irmãos vivos, dois irmãos pré-mortos e havendo estes últimos deixado, cada qual, duas filhas, a herança será dividida entre seus irmãos vivos e as filhas dos pré-mortos na seguinte proporção: vinte por cento (20%) para cada irmão vivo e dez por cento (10%) para cada filha dos irmãos pré-mortos; d) O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua metade disponível, ou algum legado, perderá o direito à legítima.
MP	PE			Sucessão	Luís teve três filhos: Edílson, Rogério e José. Os filhos deram a Luís, respectivamente, os netos Edílson Júnior, Rogério Júnior e José Júnior. Edílson matou o irmão Rogério e, no dia seguinte, matou também Luís e teve sua indignidade declarada por sentença. Na sucessão de Luís concorrem a) Edílson Júnior, por direito de representação, e José; Rogério era pré-morto. b) Edílson, Rogério Júnior e José, o segundo por direito de representação. c) Rogério Júnior, por direito de representação, e José; o indigno não herda nem é representado. d) Edílson Júnior, Rogério Júnior e José, os dois primeiros por direito de representação.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
MP	PB			Sucessão	<p>“Sinhozinho Malta, ao morrer, vivia em união estável com Porcina. O casal conseguiu durante o período de convivência adquirir onerosamente bens imóveis. Não houve prole em comum. Entretanto, o extinto era pai de dois filhos (Armando e Félix), oriundos de relacionamentos amorosos esporádicos mantidos com mulheres diferentes, e, ainda, três filhos (Manoel José, Mário e Márcio) gerados em seu casamento, desfeito pelo divórcio antes da união com Porcina, sendo que um deles (Manoel José), já falecido, era genitor de dois adolescentes (Lucas e João). Sinhozinho Malta não deixou testamento”. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que se amolda à sucessão de Sinhozinho Malta:</p> <p>a) Porcina terá direito, como herança, à quota correspondente à metade do que couber a Armando, enquanto Lucas e João herdarão por estirpe a parte que tocaria a Manoel José.</p> <p>b) Porcina terá direito, a título de herança, à quota equivalente à de Mário, enquanto Lucas e João herdarão por estirpe a parte que tocaria a Manoel José.</p> <p>c) Porcina terá direito a herdar o equivalente a um terço da herança, enquanto Mário, Márcio, Armando e Félix herdarão por cabeça, Lucas e João, por estirpe.</p> <p>d) Porcina terá direito, como herança, à quota correspondente ao que couber a Lucas e João, que herdarão por representação, enquanto Mário, Márcio, Armando e Félix terão direito a herdar por cabeça.</p>
OAB	SP			Sucessão	<p>Bernardo faleceu, deixando uma soma de dinheiro depositada em banco, ações de uma companhia, 2 automóveis e os utensílios domésticos de sua residência, no valor total de R\$ 300.000,00. Neste caso, pode-se afirmar que</p> <p>a) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser feita por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel, embora indivisível, até a partilha.</p> <p>b) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser feita por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel, mas divisível, até a partilha.</p> <p>c) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, pode ser feita por instrumento particular, sendo a herança, sob cogitação, móvel e divisível, podendo ser antecipada a partilha.</p> <p>d) a cessão de direitos hereditários, pelo herdeiro de Bernardo, deve ser feita por escritura pública, sendo a herança, sob cogitação, imóvel e indivisível, até a partilha.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
OAB	PI			Sucessão	<p>Considere os seguintes itens:</p> <p>I- aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.</p> <p>II- a companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, com direito à totalidade da herança, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, não havendo parentes sucessíveis.</p> <p>III- é irrevogável o ato de renúncia da herança; sendo revogável o ato de aceitação da herança.</p> <p>Pode-se dizer que:</p> <p>a) somente o item I é verdadeiro.</p> <p>b) somente o item II é verdadeiro.</p> <p>c) estão corretos os itens I e III.</p> <p>d) estão corretos os itens I e II.</p>
OAB	SP			Sucessão	<p>Sobre o Direito das Sucessões, é errado afirmar:</p> <p>a) os filhos do herdeiro renunciante herdam por representação.</p> <p>b) é lícito a José ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Joaquim, que já faleceu.</p> <p>c) Pedro pode nomear como herdeira testamentária sua sobrinha, que nem sequer foi concebida.</p> <p>d) as testemunhas do testamento não podem ser nomeadas herdeiras.</p>
OAB	SP			Sucessão	<p>Sobre o Direito das Sucessões, é errado afirmar:</p> <p>a) os filhos do herdeiro renunciante herdam por representação.</p> <p>b) é lícito a José ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Joaquim, que já faleceu.</p> <p>c) Pedro pode nomear como herdeira testamentária sua sobrinha, que nem sequer foi concebida.</p> <p>d) as testemunhas do testamento não podem ser nomeadas herdeiras.</p>
				Sucessão	<p>Guilherme, de 70 anos, casa-se com separação de bens com Josefina, falecendo na lua-de-mel. Não possuía filhos e os pais já eram falecidos. Tinha dois irmãos vivos (Pedro e Adélia) e um falecido (Luis), este com uma filha (Luciana). Quem herdará os bens de Guilherme?</p> <p>a) Josefina, Pedro, Adélia e Luciana</p> <p>b) Pedro, Adélia e Luciana</p> <p>c) Josefina e Luciana</p> <p>d) Pedro e Adélia</p> <p>e) Josefina</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
				Sucessão	<p>João faleceu em 5 de agosto de 1985 e deixou três filhos: Antônio, então com 18 anos; José, com 15 anos e Maria, com 3 anos. Como bem passível de herança, deixou um imóvel residencial, localizado em zona urbana, com área superior a 250 m2. Não houve abertura de inventário. Desde o falecimento de João, seu filho Antônio permaneceu na posse do imóvel, utilizando-o nos finais de semana e dias de veraneio, arcando com todas as despesas de conservação, além de pagamento de tributos que recaíam sobre essa propriedade, ou seja, exerceu posse como se dono fosse. José e Maria, desde o falecimento do pai, foram residir em outro local. Somente em janeiro de 2005 José e Maria tentaram reaver sua posse sobre o imóvel. Diante desses fatos, é correto dizer que</p> <p>a) Antônio adquiriu o quinhão de José por usucapião, mas não o de Maria, uma vez que não houve causa eficiente em relação a esta.</p> <p>b) Antônio somente poderia adquirir por usucapião a propriedade do imóvel, em relação a Maria, quando esta completasse 31 anos de idade.</p> <p>c) Antônio adquiriu o quinhão de José e Maria por usucapião, tendo ocorrido a causa eficiente e o fato operante sem qualquer oposição.</p> <p>d) não é possível Antônio adquirir por usucapião a parte relativa aos irmãos, haja vista que não ocorre usucapião entre herdeiros.</p> <p>e) por se tratar de posse velha, não pode ser admitida a reintegração de posse do imóvel em questão.</p>
				sucessão	<p>Em que prazo, depois de passar em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das calções prestadas.</p> <p>a) 180 dias.</p> <p>b) 01 ano.</p> <p>c) 02 anos.</p> <p>d) 05 anos.</p> <p>e) 10 anos.</p>
OAB	MG	2006	abr	Sucessão ascendentes	<p>Na sucessão dos ascendentes:</p> <p>a) não haverá direito de representação.</p> <p>b) não haverá direito de transmissão.</p> <p>c) haverá sucessão em tantas estirpes, quantos sejam os avós.</p> <p>d) haverá sucessão em três estirpes, se concorrerem dois avós paternos e um materno.</p>
OAB	SP		130°	Sucessão colateral	<p>Quanto à sucessão colateral, é correto afirmar que</p> <p>a) deixando o falecido apenas um tio e um sobrinho, a herança se divide ao meio.</p> <p>b) a única hipótese de representação será em favor dos filhos de irmãos do falecido.</p> <p>c) não há distinção entre irmãos bilaterais ou unilaterais do falecido.</p> <p>d) o Código prevê a concorrência entre o irmão do falecido e a viúva do falecido.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
				Sucessão colateral	<p>Antônio casou-se com Maria no regime da comunhão universal de bens. O casal não teve filhos. Maria morreu quando já não tinha ascendentes, sem testamento, deixando irmãos e o marido. Dois anos após, sem que tivesse procedido ao inventário dos bens, em decorrência da morte de Maria, Antônio morreu, sem testamento, deixando irmãos. Podem se habilitar na qualidade de herdeiros</p> <p>a) os irmãos de Maria. b) os irmãos de Antônio. c) os irmãos de Maria e de Antônio. d) o Estado. e) nenhuma das alternativas anteriores.</p>
				Sucessão colateral	<p>Os colaterais do quinto grau são chamados à sucessão</p> <p>a) não havendo descendente; ascendente ou cônjuge do de cujus ou, se houver, forem estes declarados indignos de sucedê-lo. b) não havendo descendente nem ascendente, mas havendo cônjuge do de cujus que tenha sido declarado indigno de sucedê-lo. c) não havendo descendente, nem cônjuge do de cujus, mas havendo ascendente declarado indigno de sucedê-lo. d) Não havendo ascendente nem cônjuge do de cujus, mas havendo descendente declarado indigno de sucedê-lo. e) Nenhuma opção é correta.</p>
OAB	MG	2005	dez	sucessão companheiro	<p>A companheira ou companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas seguintes condições, EXCETO:</p> <p>a) se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho. b) se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles. c) se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a 1/4 (um quarto) da herança. d) não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.</p>
Magistratura	MG	2004		sucessão companheiro	<p>Pedro e Maria viviam em união estável. Pedro faleceu em 10 de janeiro de 2003, deixando dois filhos comuns havidos de sua convivência com Maria e um filho de um relacionamento efêmero. Todos os bens deixados por Pedro foram adquiridos onerosamente e pelo esforço comum, durante o período da união estável. Além da meação, Maria na sucessão de Pedro terá direito:</p> <p>a) ao usufruto da quarta parte dos bens do de cujus e ao direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, enquanto viver e não constituir nova união. b) a uma quota parte equivalente à que por lei for atribuída aos filhos. c) a uma quota parte equivalente à metade do que couber a cada um dos filhos. d) ao usufruto da metade dos bens do de cujus, enquanto não constituir nova união. e) a uma quota parte equivalente à que por lei for atribuída aos filhos, além do direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, enquanto viver e não constituir nova união.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Magistratura	SE	2004	mar	Sucessão Cônjuge	A respeito do direito sucessório dos cônjuges e companheiros, julgue os itens seguintes: a) Não haverá concorrência do cônjuge sobrevivente com os descendentes do de cujus, se o regime de bens do casamento foi o da comunhão universal ou separação obrigatória de bens ou se o autor da herança não tiver deixado bens particulares. b) Na hipótese do falecimento de uma pessoa que vivia em união estável, não deixando descendentes, nem ascendentes, nem colaterais até o quarto grau, o companheiro sobrevivente terá direito à totalidade da herança, ou seja, o direito sucessório incidirá em todos os bens deixados pelo de cujus.
Direitonet				sucessão descendentes	Na linha descendente: a) Os filhos sucedem por cabeça e por estirpe. b) Os filhos sucedem por estirpe. c) Os filhos sucedem por cabeça. d) Nenhuma das alternativas.
MP	SE			sucessão hereditária	Na sucessão hereditária aplica-se a seguinte regra: a) a representação se dá apenas na linha reta descendente e ascendente. b) a representação, na linha transversal, se dá em favor dos filhos de irmão do falecido, quando com irmão deste concorrerem. c) entre os colaterais os mais próximos excluem os mais remotos, mas entre ascendentes a herança será dividida, caso haja diversidade em linha, mesmo não havendo igualdade de grau. d) o herdeiro excluído por indignidade não fica impedido de administrar os bens que a seus filhos menores couberem na herança, em virtude da exclusão, por se tratar de um dos atributos do pátrio poder.
OAB	MG	2007	dez	sucessão legítima	Sobre a sucessão legítima, é incorreto afirmar: a) é lícito a Félix ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Brígido, que já faleceu. b) com a morte do marido existe a possibilidade da viúva concorrer na herança com filhos do falecido, ainda que não sejam descendentes dela. c) descendentes, ascendentes e cônjuge do falecido têm direito à parte legítima da herança, por serem herdeiros necessários. d) deixando o falecido apenas uma avó materna, uma avó paterna e um avô paterno, a herança será dividida entre três partes iguais.
OAB	RJ	2003	dez	sucessão legítima	A sucessão legítima ficou estabelecida pelo sistema de quotas: a) O cônjuge que se tornar herdeiro perde o direito à meação. b) O cônjuge sobrevivente só será herdeiro do cônjuge falecido se este tiver patrimônio particular e forem mortos seus ascendentes. c) O cônjuge sobrevivente, ao concorrer com filho do casal terá sua quota fixada em $\frac{1}{4}$ da herança. d) O cônjuge sobrevivente em concorrência com os pais do cônjuge falecido terá direito a $\frac{1}{3}$ da herança, não importando o regime de bens que rege o casamento.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG	97	34º	sucessão legítima	A sucessão legítima defere-se na seguinte ordem: a) aos descendentes; aos ascendentes; aos colaterais; ao cônjuge sobrevivente; aos Estados, ao Distrito Federal ou à união; b) aos descendentes; aos colaterais; aos ascendentes; ao cônjuge sobrevivente; aos Estados, ao Distrito Federal ou à União; c) ao cônjuge sobrevivente; aos descendentes; aos ascendentes; aos colaterais; aos Estados, ao Distrito Federal ou à União; d) aos descendentes; aos ascendentes; ao cônjuge sobrevivente; aos colaterais; aos Estados, ao Distrito Federal ou à União; e) aos ascendentes, ao cônjuge sobrevivente; aos descendentes; aos colaterais; aos Estados, ao Distrito Federal ou à União.
OAB	RJ		23º	sucessão legítima	A Sucessão Legítima ficou estabelecida pelo sistema de quotas: a) o cônjuge que se tornar herdeiro perde o direito à meação; b) o cônjuge sobrevivente só será herdeiro do cônjuge falecido se este tiver patrimônio particular e forem mortos seus ascendentes;; c) O cônjuge sobrevivente ao concorrer com filho do casal terá sua quota fixada em ¼ da herança;; d) O cônjuge sobrevivente em concorrência com os pais do cônjuge falecido terá direito a 1/3 da herança, não importando o regime de bens que rege o casamento;
OAB	SP		131º	sucessão legítima	Sobre a sucessão legítima em favor da viúva, é ERRADO afirmar que a) ainda que concorra com filhos exclusivos do falecido, a viúva – que era casada sob o regime da separação obrigatória – tem direito real de habitação relativamente ao único imóvel deixado pelo de cujus. b) casada sob o regime da separação convencional, a viúva herdará a propriedade dos bens particulares do de cujus, concorrendo com os filhos exclusivos deste, em igualdade de quotas. c) não há diferença quanto ao fato de a viúva ser ou não mãe de todos os 5 (cinco) filhos do seu falecido marido. d) concorrendo com o irmão do falecido, a esposa herdará todo o patrimônio, qualquer que seja o regime de bens.
OAB	SP		130º	Sucessão Legítima	Sobre a sucessão legítima, é correto afirmar que, na falta de descendentes e ascendentes, sendo casado o falecido a) o cônjuge sobrevivente não será considerado herdeiro necessário. b) herdarão os irmãos do falecido. c) a sucessão será inteiramente deferida ao cônjuge, ainda que o casamento tenha sido na separação convencional. d) o cônjuge terá direito apenas à meação, enquanto que os demais parentes do falecido terão direito à sucessão.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP		128º	Sucessão Legítima	Sobre a sucessão legítima, é INCORRETO afirmar: a) deixando o falecido apenas uma avó materna, uma avó paterna e um avô paterno, a herança será dividida em três partes iguais. b) descendentes, ascendentes e cônjuge do falecido têm direito à parte legítima da herança, por serem herdeiros necessários. c) com a morte do seu marido existe a possibilidade de a viúva concorrer na herança com filhos do falecido, ainda que não sejam descendentes dela. d) na sucessão colateral, cada irmão bilateral herda o dobro do que cada irmão unilateral.
OAB	SP		128º	Sucessão Legítima	Sobre o direito de representação na sucessão legítima, é INCORRETO afirmar: a) na linha ascendente nunca há direito de representação. b) se uma herdeira for declarada indigna, sua filha não herda no seu lugar. c) na linha transversal só há direito de representação em favor do sobrinho do falecido. d) na linha descendente sempre há direito de representação.
OAB	SP		124º	Sucessão Legítima	Estão legitimados a suceder, na sucessão legítima: a) os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes. b) as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. c) apenas as pessoas já nascidas com vida ao tempo da abertura da sucessão. d) as pessoas físicas e jurídicas existentes ao tempo da abertura da sucessão.
OAB	SP			sucessão legítima	Estão legitimados a suceder, na sucessão legítima: a) os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes. b) as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. c) apenas as pessoas já nascidas com vida ao tempo da abertura da sucessão. d) as pessoas físicas e jurídicas existentes ao tempo da abertura da sucessão.
				Sucessão legítima	A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: a) aos descendentes, aos ascendentes, aos colaterais, ao cônjuge sobrevivente, aos Estados e ao Distrito Federal. b) aos ascendentes, aos descendentes, aos colaterais, ao concubino, à União e aos Municípios. c) aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente ressalvados os casos previstos em lei; aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; ao cônjuge sobrevivente; aos colaterais. d) aos descendentes, aos ascendentes, aos colaterais, ao cônjuge sobrevivente, aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União. e) aos descendentes, aos ascendentes, ao concubino, ao cônjuge sobrevivente, aos colaterais, ao Estado.
OAB	MG	2006	dez	Sucessão Legítima	Estão legitimados a suceder, na sucessão legítima: a) os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes. b) as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão. c) apenas as pessoas já nascidas com vida ao tempo da abertura da sucessão. d) as pessoas físicas e jurídicas existentes ao tempo da abertura da sucessão.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
Direitonet				usufruto da companheira	Assinale a alternativa correta: a) O Código Civil regula o direito de usufruto da companheira. b) O Código Civil não regula o direito de usufruto da companheira. c) O Código Civil extingue o direito de usufruto da companheira. d) Nenhuma das alternativas.
Magistratura	SP	2002	174º	usufruto vidual	Com relação ao usufruto vidual assinale a resposta CORRETA: a) é vitalício; b) cabe em relação a todos os regimes de bens no casamento; c) quando cabível, abrange sempre a metade dos bens do cônjuge falecido; d) deriva do Direito Sucessório, e não do Direito de Família.
Direitonet				usufruto vidual	Quanto ao Código Civil de 2002 em relação ao Código Civil de 1916. Assinale a alternativa correta: a) O Código Civil 2002 extinguiu o usufruto vidual. b) O Código Civil 2002 manteve o usufruto vidual. c) O Código Civil 2002 extinguiu o usufruto vidual e o direito real de habitação concedido ao cônjuge sobrevivente. d) Nenhuma das alternativas.
OAB	RJ		31º	vocação hereditária	Em se tratando de Vocação Hereditária, aponte qual destas opções está errada: a. Legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão; b. Na sucessão testamentária pode ser chamada a suceder uma pessoa jurídica; c. Os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas em testamento pelo testador, mas nascidos 36 (trinta e seis) meses após a abertura da sucessão; d. Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários os irmãos da pessoa que, a rogo, escreveu o testamento.
OAB	PR	2006	ago	sucessão legítima	Sobre a sucessão legítima, assinale a alternativa CORRETA: a) o cônjuge sobrevivente não participa da sucessão do cônjuge falecido em concorrência com os descendentes do de cujus quando era casado com este sob o regime da comunhão universal de bens. b) o cônjuge sobrevivente participa da sucessão do cônjuge falecido em concorrência com os descendentes do de cujus quando era casado com este sob o regime da separação obrigatória de bens. c) o cônjuge sobrevivente, quando concorrer com seus próprios descendentes na sucessão do cônjuge falecido, sempre terá quinhão igual àquele atribuído a cada um dos descendentes que sucederem por cabeça. d) o cônjuge sobrevivente jamais concorrerá com os avós do de cujus, uma vez que o cônjuge antecede os avós na ordem de vocação hereditária.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	PR	2006	mar		<p>Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>a) os atos de administração da herança não são exclusivos dos herdeiros, e, se praticados por qualquer um deles, não exprimem, por si sós, aceitação tácita da herança.</p> <p>b) qualquer herdeiro pode, de modo juridicamente eficaz, ceder onerosamente seus direitos hereditários sobre qualquer bem da herança considerado singularmente, uma vez que todos os herdeiros são proprietários de todos os bens integrantes do acervo hereditário desde a abertura da sucessão.</p> <p>c) o herdeiro que pretender ceder seu quinhão hereditário a pessoa estranha à sucessão deverá obter prévia e expressa autorização dos demais co-herdeiros, sob pena de anulabilidade.</p> <p>d) a única hipótese em que a prole eventual terá legitimidade sucessória na sucessão testamentária é a da substituição fideicomissária.</p>
OAB	SP		131º	doação	<p>Sobre a doação, é ERRADO afirmar:</p> <p>(A) no silêncio do contrato, a doação a um filho deverá ser colacionada no inventário do pai que doou.</p> <p>(B) estabelecida com cláusula de reversão, pode gerar sucessão anômala.</p> <p>(C) para doar bem imóvel a um filho, o pai, necessariamente, precisa da anuência dos demais filhos.</p> <p>(D) limitando-se à parte disponível, pode o pai doar a um filho sem anuência do outro.</p>
DP	SP	2007		Ausência	<p>João, solteiro e sem ascendentes ou descendentes, desapareceu de seu domicílio há 06 meses e não há notícias de seu paradeiro. Não deixou representante ou procurador para a administração dos seus bens. À luz do Direito vigente, é correto afirmar:</p> <p>(A) O requerimento de ausência só poderá ser formulado por parente até o terceiro grau ou pelo Ministério Público.</p> <p>(B) Será nomeado um curador pelo juiz para gerir a pessoa do ausente e seus bens.</p> <p>(C) O curador, nomeado pelo juiz, prosseguirá como representante legal da herança, mesmo aparecendo herdeiros.</p> <p>(D) Em se passando 2 (dois) anos, poderão os interessados requerer a declaração de ausência, abrindo-se provisoriamente a sucessão.</p> <p>(E) Poderá ser declarada a sucessão definitiva de João, 10 (dez) anos após transitada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória.</p>
DePo 1	MG	2007	mar		<p>27) Assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>A () O co-herdeiro não poderá ceder sua cota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se outro co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.</p> <p>B () Ao concorrerem tio e sobrinho, ambos parentes de terceiro grau do “de cujus”, será conferido a cada um metade da herança.</p> <p>C () A concorrência do cônjuge sobrevivente com os ascendentes do autor da herança dependerá do regime de bens.</p> <p>D () Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de 1 (um) ano, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
DePo 1	MG	2007	mar	indignidade	28) Considerando os dispositivos do Código Civil em vigor sobre a indignidade no Direito das Sucessões, assinale a alternativa INCORRETA: A () Os descendentes do indigno sucedem como se ele morto fosse. B () O indigno é obrigado a devolver os frutos e rendimento da herança, já que é considerado possuidor de má-fé com relação aos herdeiros, desde a abertura da sucessão. C () Os atos de administração e as alienações praticadas pelo indigno antes da sentença de exclusão são válidos. D () O herdeiro que de qualquer modo concorre para o homicídio doloso ou culposo do de cujus deve ser excluído da sucessão por indignidade.
DePo 1	MG	2007	mar		29) Considerando os dispositivos do Código Civil em vigor sobre o Direito das Sucessões, assinale a alternativa CORRETA: A () A saisine está consagrada no Código Civil, quando este dispõe que: Aberto o inventário, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. B () A abertura da sucessão implica na mutação subjetiva aos herdeiros de todos os direitos e obrigações do falecido. C () A legislação vigente impede que uma mesma pessoa seja, ao mesmo tempo, herdeira e legatária. D () O ascendente, o descendente, o cônjuge e o companheiro são considerados herdeiros legítimos.
OAB	RJ	2007	32º	Ordem de vocação	14) A ordem de vocação hereditária é definida a. livremente, de acordo com a vontade do testador. b. de acordo com a lei vigente ao tempo da abertura da sucessão. c. de acordo com a lei vigente ao tempo da abertura do processo de inventário. d. de acordo com a lei vigente ao tempo da partilha.
MP	MG	2007	jun		21. Assinale a alternativa INCORRETA. A) Ao regressar o ausente, após dez anos da abertura da sucessão definitiva, haverá somente os bens existentes, não podendo acionar os sucessores. B) Os bens legados à constituição da fundação, se insuficientes, destinam-se a ente ideal de fins idênticos, salvo disposição diferente do instituidor. C) Após a sentença de declaração de vacância, os colaterais ao se habilitarem, deverão comprovar o parentesco consanguíneo pelo título de herdeiro. D) É de três anos o prazo prescricional para pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, de reparação civil ou restituição de lucros. E) Se a escritura pública não puder ser assinada pelo comparecente, que não saiba escrever, outra pessoa capaz poderá assinar por ele, a seu rogo.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
MP	MG	2007	jun		<p>22. Assinale a opção INCORRETA.</p> <p>A) A emancipação e a maioridade fazem cessar a condição de tutelado, após o que o cidadão é plenamente responsável para a prática de negócios jurídicos.</p> <p>B) A sucessão causa mortis é a transmissão da herança, de alguém falecido, a seus herdeiros, no momento da abertura do inventário.</p> <p>C) Os sucessores provisórios do ausente representam-no, de modo que contra eles correrão as ações pendentes e as ajuizadas no futuro.</p> <p>D) Prova-se o fato jurídico pela perícia, presunção, testemunhas, documento, confissão, salvo o negócio a que se impõe forma especial.</p> <p>E) Prestado o serviço, o professor tem o prazo de cinco anos para cobrar seus honorários, sob pena de perda pelo não exercício do seu direito.</p>
MP	MG	2007	jun		<p>29. Assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>A) A doação de um cônjuge a outro implica adiantamento do que receber como herança, igual à doação de ascendente a descendente.</p> <p>B) O herdeiro excluído por indignidade é, ainda assim, obrigado a conferir as doações recebidas, a fim de repor o que exceder o disponível.</p> <p>C) A ninguém se permite invocar estado diverso do registro de nascimento, a menos que à alegação prove erro ou falsidade do registro.</p> <p>D) O tutor e o curador são responsáveis pela reparação civil de atos ilícitos praticados pelo pupilo e o curatelado que se achar em sua companhia.</p> <p>E) Na ausência de descendentes, ascendentes e colaterais do falecido, o companheiro sobrevivente recolherá todos os bens arrecadados.</p>
OAB	SP	2007	jan		<p>29ª Questão: Sobre a sucessão legítima em favor da viúva, é ERRADO afirmar que</p> <p>a) ainda que concorra com filhos exclusivos do falecido, a viúva - que era casada sob o regime da separação obrigatória - tem direito real de habitação relativamente ao único imóvel deixado pelo de cujus.</p> <p>b) casada sob o regime da separação convencional, a viúva herdará a propriedade dos bens particulares do de cujus, concorrendo com os filhos exclusivos deste, em igualdade de quotas.</p> <p>c) não há diferença quanto ao fato de a viúva ser ou não mãe de todos os 5 (cinco) filhos do seu falecido marido.</p> <p>d) concorrendo com o irmão do falecido, a esposa herdará todo o patrimônio, qualquer que seja o regime de bens.</p>
OAB	SP	2006	jan		<p>a) na linha ascendente nunca há direito de representação.</p> <p>b) se uma herdeira for declarada indigna, sua filha não herda no seu lugar.</p> <p>c) na linha transversal só há direito de representação em favor do sobrinho do falecido.</p> <p>d) na linha descendente sempre há direito de representação</p>

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2006	ago		29ª Questão: Sobre a sucessão legítima, é correto afirmar que, na falta de descendentes e ascendentes, sendo casado o falecido, a) o cônjuge sobrevivente não será considerado herdeiro necessário. b) herdarão os irmãos do falecido. c) a sucessão será inteiramente deferida ao cônjuge, ainda que o casamento tenha sido na separação convencional. d) o cônjuge terá direito apenas à meação, enquanto que os demais parentes do falecido terão direito à sucessão.
OAB	SP	2008	jan		27ª Questão: A sucessão da pessoa natural ocorre com a) o testamento. b) a morte do sucedido. c) a abertura do inventário. d) a finalização do inventário
OAB	SP	2006	abr		29ª Questão: Sobre o Direito das Sucessões, é errado afirmar: a) os filhos do herdeiro renunciante herdam por representação. b) é lícito a José ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Joaquim, que já faleceu. c) Pedro pode nomear como herdeira testamentária sua sobrinha, que nem sequer foi concebida. d) as testemunhas do testamento não podem ser nomeadas herdeiras.
OAB	SP	2007	ago		30ª Questão: Sobre as sucessões, assinale a alternativa errada. a) Aplica-se o direito de representação à linha ascendente. b) Viúva, que fora casada em separação convencional com o de cujus, tem direito de concorrer com os filhos exclusivos do falecido na sucessão deste. c) O pai pode deixar toda a parte disponível de sua herança para um de seus dois filhos. d) Para excluir da sucessão o irmão, basta que o testador disponha de seu patrimônio sem o contemplar.
OAB	SP	2007	jan		29ª Questão: Sobre a sucessão legítima em favor da viúva, é ERRADO afirmar que a) ainda que concorra com filhos exclusivos do falecido, a viúva - que era casada sob o regime da separação obrigatória - tem direito real de habitação relativamente ao único imóvel deixado pelo de cujus. b) casada sob o regime da separação convencional, a viúva herdará a propriedade dos bens particulares do de cujus, concorrendo com os filhos exclusivos deste, em igualdade de quotas. c) não há diferença quanto ao fato de a viúva ser ou não mãe de todos os 5 (cinco) filhos do seu falecido marido. d) concorrendo com o irmão do falecido, a esposa herdará todo o patrimônio, qualquer que seja o regime de bens.
OAB	SP	2006	ago		30ª Questão: Quanto à sucessão colateral, é correto afirmar que a) deixando o falecido apenas um tio e um sobrinho, a herança se divide ao meio. b) a única hipótese de representação será em favor dos filhos de irmãos do falecido. c) não há distinção entre irmãos bilaterais ou unilaterais do falecido. d) o Código prevê a concorrência entre o irmão do falecido e a viúva do falecido

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2008	jan		27ª Questão: A sucessão da pessoa natural ocorre com a) o testamento. b) a morte do sucedido. c) a abertura do inventário. d) a finalização do inventário.
OAB	SP	2008	jan		40ª Questão: No processo de inventário, o espólio é representado a) pelo curador. b) pelo testamentário. c) pelo inventariante. d) por todos os herdeiros.
OAB	MG	2008	ago		89 - As assertivas abaixo trazem questões a respeito de SUCESSÕES. Aponte a alternativa INCORRETA: a) Ao cônjuge sobrevivente assegura-se o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único desta natureza a inventariar. b) A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do falecido. c) Não se excluem da sucessão os herdeiros co-autores de tentativa de crime de homicídio doloso contra a pessoa cuja sucessão se tratar. d) Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante.
OAB	SP	2008	130º Exam e de Orde m		29. Sobre a sucessão legítima, é correto afirmar que, na falta de descendentes e ascendentes, sendo casado o falecido, (A) o cônjuge sobrevivente não será considerado herdeiro necessário. (B) herdarão os irmãos do falecido. (C) a sucessão será inteiramente deferida ao cônjuge, ainda que o casamento tenha sido na separação convencional. (D) o cônjuge terá direito apenas à meação, enquanto que os demais parentes do falecido terão direito à sucessão.
OAB	SP	2008	131º Exam e de Orde m		29. Sobre a sucessão legítima em favor da viúva, é ERRADO afirmar que (A) ainda que concorra com filhos exclusivos do falecido, a viúva – que era casada sob o regime da separação obrigatória – tem direito real de habitação relativamente ao único imóvel deixado pelo de cujus. (B) casada sob o regime da separação convencional, a viúva herdará a propriedade dos bens particulares do de cujus, concorrendo com os filhos exclusivos deste, em igualdade de quotas. (C) não há diferença quanto ao fato de a viúva ser ou não mãe de todos os 5 (cinco) filhos do seu falecido marido. (D) concorrendo com o irmão do falecido, a esposa herdará todo o patrimônio, qualquer que seja o regime de bens.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	ASUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2008	131º Exame de Ordem		30. Sobre a sucessão testamentária, é ERRADO afirmar: (A) o instituto da redução das disposições testamentárias é aplicado para as hipóteses de avanço do testamento na parte legítima dos herdeiros necessários. (B) há direito de representação na sucessão testamentária. (C) o pai pode testar metade do seu patrimônio ao filho primogênito 'A', enquanto que a outra metade será igualmente dividida entre o próprio 'A' e o caçula 'B'. (D) o herdeiro, chamado, na mesma sucessão, a mais de um quinhão hereditário, sob títulos sucessórios diversos, pode livremente deliberar quanto aos quinhões que aceita e aos que renuncia.
OAB	SP		129º Exame de Ordem		29. Sobre o Direito das Sucessões, é errado afirmar: (A) os filhos do herdeiro renunciante herdam por representação. (B) é lícito a José ceder os direitos que possui na sucessão do seu pai, Joaquim, que já faleceu. (C) Pedro pode nomear como herdeira testamentária sua sobrinha, que nem sequer foi concebida. (D) as testemunhas do testamento não podem ser nomeadas herdeiras.
OAB	ES	2006	abr		A respeito do direito das sucessões, assinale a opção correta. (A) Considere-se que dois netos representam o pai pré-morto na sucessão do avô, e um dos netos decide renunciar à herança. Nesse caso, a parte renunciada será acrescida à parte de todos os herdeiros. (B) No casamento sob o regime da comunhão universal de bens, o cônjuge sobrevivente participa da herança deixada pelo outro, concorrendo com os filhos do casal, cabendo-lhe quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça. (C) A colação é o ato de retorno ao monte partível das liberalidades feitas pelo de cujus, antes de sua morte, a seus descendentes, e tem por finalidade igualar as legítimas doações destes e do cônjuge sobrevivente. (D) Considere-se que determinada pessoa tenha falecido deixando bens a partilhar e dois filhos e três netos, todos sobreviventes. Nessa situação, todos serão chamados à sucessão; os filhos herdam por cabeça e os netos, por estirpe.
OAB	ES	2006	abr	Ausência	Relativamente ao ausente, é correto afirmar: (A) Se o ausente aparecer nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva terá direito aos bens existentes no estado em que se acharem, os subrogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros ou demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo. (B) O juiz, apenas a requerimento do Ministério Público, poderá declarar a ausência, e nomear curador. (C) É impossível a declaração da ausência quando houver mandatário constituído antes do desaparecimento. (D) Declarada a ausência, ao término de cinco anos contados da arrecadação dos bens do ausente, os interessados poderão requerer a sucessão definitiva dos seus bens.

ÓRGÃO	UF	ANO	MÊS	AS SUNTO	QUESTÃO
OAB	SP	2005	jan	Abertura da sucessão	Segundo o disposto no artigo 1.784 do Código Civil, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Até o momento da partilha, os bens do falecido são considerados imóveis, (A) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de fato, inalienáveis e em condomínio. (B) divisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio. (C) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, alienáveis e em condomínio. (D) indivisíveis, coletivos da espécie universalidade de direito, inalienáveis e em condomínio.
OAB	SP	2005	ago		Em relação à herança, é correto afirmar que: (A) os atos de aceitação ou de renúncia da herança são irrevogáveis. (B) os herdeiros necessários são os descendentes e os ascendentes. (C) o testamento público deve ser presenciado, pelo menos, por 3 (três) testemunhas, sob pena de nulidade. (D) os herdeiros necessários podem ser deserdados, de acordo com a vontade do testador.